



**BNDES**

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

31 de dezembro de 2024

## SUMÁRIO

Demonstrações  
Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6

Notas explicativas às  
Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES	10
4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	21
6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO .....	22
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	28
8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO .....	35
9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS .....	35
10. OUTROS ATIVOS .....	38
11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES .....	38
12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS .....	41
13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS .....	44
14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO .....	44
15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS .....	45
16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS .....	47
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	49
18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS .....	52
19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	54
20. OUTROS PASSIVOS .....	62
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	63
22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA .....	66
23. PARTES RELACIONADAS .....	68
24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO .....	73
25. GESTÃO DE RISCOS .....	74
26. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	84
27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS .....	87
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	88
29. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	89
30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES .....	89
31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	89
32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS .....	90
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	108
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	109

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.103.192	37.639.750
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	94.473.618	61.556.415
Derivativos	7.5.1	1.452.852	941.838
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	116.124.171	113.763.256
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	553.454.931	499.127.155
Títulos e valores mobiliários	7	16.833.840	6.332.041
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	4.632.122	4.084.161
Ativos fiscais		14.260.989	12.363.846
Correntes	17.3	997.435	1.579.276
Diferidos	17.2	13.263.554	10.784.570
Ativos mantidos para venda		501	501
Investimentos em coligadas	9	2.204.912	1.897.891
Imobilizado		138.580	143.418
Intangível		5.807	7.999
Outros ativos	10	1.106.126	955.290
<b>Total do ativo</b>		<b>844.791.641</b>	<b>738.813.561</b>
Obrigações por depósitos	12.2	4.885.747	5.311.540
Obrigações por operações compromissadas	13	34.453.720	34.590.460
Obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos	15	12.775.699	567.226
Derivativos	7.5.1	74.005	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	348.016	327.580
Obrigações por empréstimos e repasses	11	112.572.884	81.273.443
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	25.601.778	12.455.140
Dívidas subordinadas	12.1	443.893.437	397.403.789
Outros passivos financeiros	16	9.301.329	10.304.683
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	6.267.069	9.723.880
Diversos		3.034.260	580.803
Obrigações fiscais		22.282.769	19.992.033
Correntes	17.1	2.229.759	1.262.324
Diferidos	17.2	19.598.776	18.384.986
Outros		454.234	344.723
Obrigações de benefícios a empregados	19.1	4.484.653	6.347.593
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	1.786.392	2.616.308
Outros passivos	20	1.600.008	1.450.256
<b>Total do passivo</b>		<b>674.060.437</b>	<b>572.640.051</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	21.1	98.973.934	90.650.760
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	8.731.760
Reservas de lucros	21.3	38.263.718	42.858.425
Outros resultados abrangentes	21.4	30.724.459	26.722.604
Resultados acumulados não apropriados	27	(5.962.667)	(2.790.039)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>170.731.204</b>	<b>166.173.510</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>844.791.641</b>	<b>738.813.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2024	2023
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	22	<b>74.088.838</b>	<b>59.821.120</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		59.549.235	42.860.880
Moeda nacional		45.206.100	43.593.138
Moeda estrangeira		14.343.135	(732.258)
Resultado com títulos e valores mobiliários		13.591.438	15.992.843
Rendas com administração de fundos e programas		948.165	967.397
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	22	<b>(50.368.097)</b>	<b>(38.979.290)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(56.832.972)	(34.800.742)
Moeda nacional		(38.542.912)	(36.536.257)
Moeda estrangeira		(18.290.060)	1.735.515
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	7.5.2	8.343.906	(4.736.053)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(2.194.002)	501.948
Resultado da carteira de câmbio		314.971	55.557
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	22	<b>23.720.741</b>	<b>20.841.830</b>
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	89.012	29.959
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(3.096.444)	(708.839)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	9.5	-	568
Receita de dividendos	7.2.2	8.349.029	6.664.551
Receita de juros sobre capital próprio	7.2.2	2.057.475	1.882.946
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	121.691	12.965
Resultado com derivativos - renda variável	7.5.2	(199)	(147.874)
Resultado com fundos de investimento		355.649	276.046
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	9	123.012	1.942
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	157.563	(263.526)
Despesas tributárias		(1.631.286)	(1.213.639)
Despesas com pessoal		(3.038.638)	(2.722.639)
Despesas administrativas		(465.309)	(428.146)
Outras receitas operacionais		476.294	780.592
Outras despesas operacionais		(1.493.561)	(848.004)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>25.725.029</b>	<b>24.158.732</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(4.916.973)	(3.257.404)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	2.661.729	(693.068)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>23.469.785</b>	<b>20.208.260</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.469.785</b>	<b>20.208.260</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>114.645</b>	<b>(12.614)</b>
Participação no resultado abrangente de coligadas		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(14.780)	18.545
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	129.425	(31.159)
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>3.993.000</b>	<b>6.969.509</b>
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	2.949.252	15.089.251
Efeito fiscal	(884.622)	(6.996.035)
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	2.513.458	(1.151.286)
Efeito fiscal	(585.088)	27.579
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>4.107.645</b>	<b>6.956.895</b>
<b>Resultado Abrangente do exercício</b>	<b>27.577.430</b>	<b>27.165.155</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes		Resultados acumulados não apropriados	Total
	Capital social	Aumento de capital		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>61.842.148</b>	<b>12.946.254</b>	<b>8.731.760</b>	<b>9.524.841</b>	<b>201.355</b>	<b>15.862.358</b>	<b>20.431.124</b>	<b>19.691.388</b>	<b>331.891</b>	<b>(994.763)</b>	<b>148.568.356</b>
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	-	15.862.358	-	-	-	(15.862.358)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	28.808.612	(28.808.612)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	(4.000.000)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	6.969.509	(12.614)	-	6.956.895
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(257.570)	-	257.570	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(358.017)	(358.017)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.208.260	20.208.260
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	1.095.154	-	-	-	-	-	(1.095.154)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	8.323.174	-	-	-	(8.323.174)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	-	7.282.777	-	-	(7.282.777)	-
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(711.272)	(711.272)
. Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.490.712)	(4.490.712)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>90.650.760</b>	<b>-</b>	<b>8.731.760</b>	<b>10.619.995</b>	<b>201.355</b>	<b>8.323.174</b>	<b>23.713.901</b>	<b>26.403.327</b>	<b>319.277</b>	<b>(2.790.039)</b>	<b>166.173.510</b>
Mutações no exercício	28.808.612	(12.946.254)	-	1.095.154	-	(7.539.184)	3.282.777	6.711.939	(12.614)	(1.795.276)	17.605.154
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>90.650.760</b>	<b>-</b>	<b>8.731.760</b>	<b>10.619.995</b>	<b>201.355</b>	<b>8.323.174</b>	<b>23.713.901</b>	<b>26.403.327</b>	<b>319.277</b>	<b>(2.790.039)</b>	<b>166.173.510</b>
Aumento de Capital	8.323.174	-	-	-	-	(8.323.174)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	(9.875.128)	-	-	-	(9.875.128)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	(6.516.992)	-	-	-	(6.516.992)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	3.993.000	114.645	-	4.107.645
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(105.790)	-	105.790	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(360.547)	(360.547)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.469.785	23.469.785
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	1.319.383	-	-	-	-	-	(1.319.383)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	-	8.773.895	-	-	(8.773.895)	-
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.485.517)	(5.485.517)
. Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(781.552)	(781.552)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>98.973.934</b>	<b>-</b>	<b>8.731.760</b>	<b>11.939.378</b>	<b>201.355</b>	<b>10.027.309</b>	<b>16.095.676</b>	<b>30.290.537</b>	<b>433.922</b>	<b>(5.962.667)</b>	<b>170.731.204</b>
Mutações no exercício	8.323.174	-	-	1.319.383	-	1.704.135	(7.618.225)	3.887.210	114.645	(3.172.628)	4.557.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	25.725.029	24.158.732
<b>Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.103.834</b>	<b>203.749</b>
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	2.194.002	(501.948)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(157.563)	263.526
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	-	(568)
Resultado com equivalência patrimonial	(89.012)	(29.959)
Resultado com derivativos - renda variável	199	147.874
Baixas de outros investimentos e participações	-	296
Depreciação	18.149	17.515
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures	32.269	49.443
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	105.790	257.570
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>(34.801.620)</b>	<b>(35.450.389)</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(55.057.996)	(16.209.856)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(44.824.908)	(14.290.589)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(116.953)	1.167.564
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por emissão de letras de crédito	12.374.116	-
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	48.251.508	(3.715.855)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(136.740)	(1.861.645)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	4.709.353	(540.008)
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>(6.972.757)</b>	<b>(11.087.908)</b>
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(3.784.993)	(3.735.982)
. IR e CSLL pagos	(3.466.659)	(3.092.026)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(14.224.409)</b>	<b>(17.915.916)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
. Adição em investimentos em coligadas	(228.199)	(8.939)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	44.536	10.491
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	81.514	65.624
. Adições ao imobilizado	(1.687)	(3.738)
. Adições ao intangível	-	(3.714)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(103.836)</b>	<b>59.724</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	46.489.648	30.544.208
. Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(29.500.049)	(10.425.061)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(197.912)	(231.558)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>16.791.687</b>	<b>19.887.589</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.463.442</b>	<b>2.031.397</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.639.750	35.608.353
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota explicativa nº 5)	40.103.192	37.639.750
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.463.442</b>	<b>2.031.397</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 30 ou por meio do seu site na internet ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 20 de fevereiro de 2025. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 24 de fevereiro de 2025.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

### 2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

#### 2.2.1. Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão do BNDES.



### 2.2.2. Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

### 2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

### 2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.

### 2.5. Enchentes no Rio Grande do Sul

Em razão dos impactos provocados pelas enchentes em todo o estado do Rio Grande do Sul, nos meses de abril e maio de 2024, o BNDES adotou medidas emergenciais para as empresas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos.

As principais medidas emergenciais que o Banco estruturou para auxiliar na recuperação da economia do estado foram:

#### BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul

O BNDES disponibilizou R\$ 20 bilhões do Fundo Social, conforme a Lei nº 14.981 de 20 de setembro de 2024, por meio do Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, para financiamentos a aquisição de máquinas e equipamentos, projetos de investimento e reconstrução e capital de giro.

## Suspensão de pagamentos

O BNDES aprovou suspensão completa dos pagamentos (“standstill”) de principal e juros por até 12 meses, contados a partir de maio, e a prorrogação do prazo do contrato vigente por até 12 meses, sem necessidade de elevar a taxa de risco de crédito.

A ação é destinada a empresas e produtores rurais ou investimentos localizados em municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública declarado pelo estado do Rio Grande do Sul.

## FGI PEAC Crédito Solidário RS

O Fundo atua como garantidor nas operações de crédito para produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs), micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cujo faturamento anual seja de até R\$ 300 milhões, sendo seu principal objetivo possibilitar a ampliação do acesso ao crédito para esse público, permitindo a manutenção do emprego e da renda, por meio da concessão de garantias facilitando assim o acesso à linha de crédito.

Nesse contexto, foi realizada a reabertura do FGI PEAC Crédito Solidário RS exclusivamente para tomadores de crédito afetados no estado do Rio Grande do Sul. Para esse público não haverá incidência de encargo de comissão em garantia, o prazo máximo por operação poderá ser de até 84 meses, com carência de 24 meses, garantia de até 80% e valor máximo de R\$ 10 milhões por operação de crédito e o fundo estará aberto até 31 de dezembro de 2024.

## Mais sobre as medidas emergenciais para o estado do Rio Grande do Sul

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/emergenciais/medidas-emergenciais-rio-grande-do-sul>.

### 2.5.1. Avaliações de impacto das enchentes no Rio Grande do Sul no BNDES

A Administração do Banco não identificou riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, segue atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca das provisões para perda esperada.

## 2.6. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;
- Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior. Em abril de 2024 o BNDES concluiu o resgate total e o encerramento do fundo com o Banco do Brasil, gestor do fundo;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa;
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia); e
- Fundo BB Gaia III – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia, como o Fundo BB Gaia II).

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa nº 31.

### 3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

#### 3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As implementações citadas a seguir não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

##### Alterações na IAS 1 – Dívida de Longo Prazo com *Covenants*

Determina que informações acerca de cláusulas contratuais restritivas em contratos de dívidas de longo prazo que podem resultar em pagamento antecipado, sejam divulgadas em notas explicativas. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024.

##### Alterações no IFRS 16 – Passivo de Arrendamento em venda e operação de *Leaseback*

Alterações que adicionam requisitos que explicam como uma empresa contabiliza uma venda e *leaseback* após a data de transação. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024.

##### Alterações na IAS 7 e no IFRS 7 – Acordos de Financiamentos de Fornecedores

Novos requisitos de divulgação para elevar o nível de transparência dos acordos de financiamentos de fornecedores e os seus efeitos nos passivos, fluxos de caixa e exposição a risco de liquidez. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024.

#### 3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

##### Alterações na IAS 21 – Ausência de Permutabilidade

Orientações para a definição de taxa de câmbio a ser utilizada quando o preço a vista de uma transação não é observável, inexistindo capacidade de conversão de uma moeda por outra, assim como novos requisitos de divulgação para evidenciar o impacto do uso de uma taxa de câmbio estimada. A Administração avalia que não haverá impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2025.

##### Emissão do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Nova norma que substitui a norma IAS 1 e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

##### Emissão do IFRS 19 – Subsidiárias em Responsabilidade Pública: Divulgações

Norma específica para subsidiárias que simplifica e reduz o nível exigido de divulgação. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

## Alterações no IFRS 7 e IFRS 9 – Emendas a classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações que esclarecem os requisitos em áreas específicas debatidas no mercado introduziu requisitos adicionais para aumentar a transparência para os investidores. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2026.

## 4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

### 4.1. Categoria de instrumentos financeiros

A política contábil de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota Explicativa n.º 32.1.

#### Ativos e passivos financeiros

	2024				
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos	92.346.006	10.901.998	103.248.004	48.742	103.296.746
Ações	-	75.192.206	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures	-	22.076.352	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.127.604	2.525.224	4.652.828	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	8	5.428.391	5.428.399	3.624.069	9.052.468
Derivativos	1.452.852	-	1.452.852	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	553.454.931	553.454.931
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.632.122	4.632.122
<b>Total</b>	<b>95.926.470</b>	<b>116.124.171</b>	<b>212.050.641</b>	<b>615.024.085</b>	<b>827.074.726</b>
	2024				
	Valor Justo por meio do resultado		Total Valor justo	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>					
Obrigações por depósitos	-	-	-	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	-	-	-	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	-	25.601.778	25.601.778
Derivativos	74.005	74.005	74.005	-	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	348.016	348.016
Dívida subordinada	-	-	-	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	-	-	-	9.301.329	9.301.329
<b>Total</b>	<b>74.005</b>	<b>74.005</b>	<b>74.005</b>	<b>643.832.610</b>	<b>643.906.615</b>

	2023				
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6.866.274	-	6.866.274	30.773.476	37.639.750
Títulos públicos	59.785.619	12.624.853	72.410.472	41.187	72.451.659
Ações	-	74.174.704	74.174.704	-	74.174.704
Debêntures	-	20.296.733	20.296.733	3.463.512	23.760.245
Fundos mútuos de investimentos	1.770.789	2.069.633	3.840.422	-	3.840.422
Títulos de renda fixa no exterior	7	4.597.333	4.597.340	2.827.342	7.424.682
Derivativos	941.838	-	941.838	-	941.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	499.127.155	499.127.155
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.084.161	4.084.161
<b>Total</b>	<b>69.364.527</b>	<b>113.763.256</b>	<b>183.127.783</b>	<b>540.316.833</b>	<b>723.444.616</b>
	2023				
				Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>					
Obrigações por depósitos				5.311.540	5.311.540
Obrigações por operações compromissadas				34.590.460	34.590.460
Obrigações por emissão de debêntures				567.226	567.226
Obrigações por empréstimos e repasses				81.273.443	81.273.443
Fundos financeiros e de desenvolvimento				12.455.140	12.455.140
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal				327.580	327.580
Dívidas subordinadas				397.403.789	397.403.789
Outros passivos financeiros				10.304.683	10.304.683
<b>Total</b>				<b>542.233.861</b>	<b>542.233.861</b>

## Receitas e despesas dos instrumentos financeiros<sup>(1)</sup>

	2024					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>5.063.272</b>	<b>5.696.135</b>	<b>63.329.431</b>	-	-	<b>74.088.838</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	59.549.235	-	-	59.549.235
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.063.272	5.696.135	2.832.031	-	-	13.591.438
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	1.929.635	-	-	1.929.635
Títulos públicos	5.056.952	1.118.692	-	-	-	6.175.644
Debêntures	544	2.864.883	703.976	-	-	3.569.403
Fundos mútuos de investimentos	5.478	12	-	-	-	5.490
Títulos de renda fixa no exterior	298	1.712.548	198.420	-	-	1.911.266
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	948.165	-	-	948.165
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>9.622.264</b>	<b>(1.175.254)</b>	<b>(703.777)</b>	<b>(1.278.358)</b>	<b>(56.832.972)</b>	<b>(50.368.097)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(56.832.972)	(56.832.972)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	9.622.264	-	-	(1.278.358)	-	8.343.906
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	(1.175.254)	(1.018.748)	-	-	(2.194.002)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	314.971	-	-	314.971
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>14.685.536</b>	<b>4.520.881</b>	<b>62.625.654</b>	<b>(1.278.358)</b>	<b>(56.832.972)</b>	<b>23.720.741</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	287.605	-	(3.384.049)	(3.096.444)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	10.406.504	-	-	-	10.406.504
Resultado com alienações de título de renda variável	90	-	-	-	-	90
Resultado com derivativos - renda variável	1.873	-	-	(2.072)	-	(199)
Resultado com fundos de investimento	329.908	25.741	-	-	-	355.649
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	123.012	-	-	-	123.012

<sup>(1)</sup> Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

	2023					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>8.104.190</b>	<b>2.919.800</b>	<b>48.797.130</b>	-	-	<b>59.821.120</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	42.860.880	-	-	42.860.880
Resultado com títulos e valores mobiliários	8.104.190	2.919.800	4.968.853	-	-	15.992.843
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	4.434.588	-	-	4.434.588
Títulos públicos	8.102.879	1.474.414	-	-	-	9.577.293
Debêntures	-	1.597.797	171.025	-	-	1.768.822
Fundos mútuos de investimentos	234	-	-	-	-	234
Títulos de renda fixa no exterior	1.077	(152.411)	363.240	-	-	211.906
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	967.397	-	-	967.397
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>699.336</b>	<b>(1.039.640)</b>	<b>1.597.145</b>	<b>(5.435.389)</b>	<b>(34.800.742)</b>	<b>(38.979.290)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(34.800.742)	(34.800.742)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	699.336	-	-	(5.435.389)	-	(4.736.053)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	(1.039.640)	1.541.588	-	-	501.948
Resultado da carteira de câmbio	-	-	55.557	-	-	55.557
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>8.803.526</b>	<b>1.880.160</b>	<b>50.394.275</b>	<b>(5.435.389)</b>	<b>(34.800.742)</b>	<b>20.841.830</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	324.144	-	(1.032.983)	(708.839)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	8.547.497	-	-	-	8.547.497
Resultado com derivativos - renda variável	(144.859)	-	-	(3.015)	-	(147.874)
Resultado com fundos de investimento	212.001	64.045	-	-	-	276.046
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	1.942	-	-	-	1.942

(1) Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

## 4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(3)</sup>	40.103.192	40.103.192	30.773.476	30.773.476
Títulos públicos <sup>(3)</sup>	48.742	48.742	41.187	41.187
Debêntures <sup>(1)</sup>	13.161.029	12.167.206	3.463.512	3.034.686
Títulos de renda fixa no exterior <sup>(2)</sup>	3.624.069	3.606.486	2.827.342	2.831.190
Operações de crédito e repasses interfinanceiros <sup>(1)</sup>	553.454.931	443.518.572	499.127.155	429.979.534
Outros ativos financeiros	4.632.122	4.632.122	4.084.161	4.084.161
<b>Total</b>	<b>615.024.085</b>	<b>504.076.320</b>	<b>540.316.833</b>	<b>470.744.234</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado <sup>(4)</sup></b>				
Obrigações por depósitos	4.885.747	4.885.747	5.311.540	5.311.540
Obrigações por operações compromissadas	34.453.720	34.453.720	34.590.460	34.590.460
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	12.775.699	12.775.699	567.226	567.226
Obrigações por empréstimos e repasses	112.572.884	112.572.884	81.273.443	81.273.443
Fundos financeiros e de desenvolvimento	25.601.778	25.601.778	12.455.140	12.455.140
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	348.016	348.016	327.580	327.580
Dívidas subordinadas	443.893.437	443.893.437	397.403.789	397.403.789
Outros passivos financeiros	9.301.329	9.301.329	10.304.683	10.304.683
<b>Total</b>	<b>643.832.610</b>	<b>643.832.610</b>	<b>542.233.861</b>	<b>542.233.861</b>

(1) Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

(2) Valor justo estimado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

(3) O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

(4) Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 32.1.6.



### 4.3. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

Informações sobre técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações ao valor justo podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos:

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	92.346.006	-	-	92.346.006
Títulos de renda fixa no exterior	8	-	-	8
Fundos mútuos de investimentos	411.698	-	1.715.906	2.127.604
Derivativos	-	1.452.067	785	1.452.852
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	10.901.998	-	-	10.901.998
Ações	72.023.640	33.241	3.135.325	75.192.206
Debêntures	6.297.584	727.752	15.051.016	22.076.352
Fundos mútuos de investimentos	35.888	-	2.489.336	2.525.224
Títulos de renda fixa no exterior	5.428.391	-	-	5.428.391
<b>Total</b>	<b>187.445.213</b>	<b>2.213.060</b>	<b>22.392.368</b>	<b>212.050.641</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Derivativos	-	74.005	-	74.005
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>74.005</b>	<b>-</b>	<b>74.005</b>

	2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.866.274	-	6.866.274
Títulos públicos	59.785.619	-	-	59.785.619
Títulos de renda fixa no exterior	7	-	-	7
Fundos mútuos de investimentos	178.647	-	1.592.142	1.770.789
Derivativos	-	940.855	983	941.838
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	12.624.853	-	-	12.624.853
Ações	70.678.895	60.970	3.434.839	74.174.704
Debêntures	6.986.862	625.608	12.684.263	20.296.733
Fundos mútuos de investimentos	-	-	2.069.633	2.069.633
Títulos de renda fixa no exterior	4.597.333	-	-	4.597.333
<b>Total</b>	<b>154.852.216</b>	<b>8.493.707</b>	<b>19.781.860</b>	<b>183.127.783</b>

#### 4.3.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, quando comparado a posição no início e no final do exercício. Os valores apresentados correspondem ao saldo do ativo reclassificado na data-base indicada.

	2024		2023	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	31.057	84.909	9.056	59.788

As razões para essas transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

#### 4.3.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo.

	2024					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.592.142	983	12.684.263	3.434.839	2.069.633	19.781.860
Transferências do Nível 3	-	-	(81.407)	-	-	(81.407)
Transferências para Nível 3	-	-	28.848	-	-	28.848
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	166.737	(198)	-	-	-	166.539
Outros resultados abrangentes	-	-	2.362.802	(299.514)	47.855	2.111.143
Aquisições	237.052	-	160.361	-	471.331	868.744
Alienações/resgates/amortizações	(280.025)	-	(103.851)	-	(99.483)	(483.359)
Saldo no final do exercício	1.715.906	785	15.051.016	3.135.325	2.489.336	22.392.368

	2023					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.507.677	146.995	3.811.857	3.408.593	2.343.818	11.218.940
Transferências do Nível 3	-	-	(523.664)	-	-	(523.664)
Transferências para Nível 3	-	939	128.996	31.083	-	161.018
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	191.288	(146.951)	-	(1.243)	-	43.094
Outros resultados abrangentes	-	-	717.407	(2.614)	(85.550)	629.243
Aquisições	303.854	-	8.549.667	-	181.519	9.035.040
Alienações/resgates/amortizações	(410.677)	-	-	-	(370.154)	(780.831)
Redução de Capital	-	-	-	(980)	-	(980)
Saldo no final do exercício	1.592.142	983	12.684.263	3.434.839	2.069.633	19.781.860

As razões para as transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

### 4.3.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

O quadro a seguir apresenta um resumo dos dados não observáveis quantitativos significativos para a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 de hierarquia de valor justo.

Ativos	Variáveis não observáveis	2024	2023
Debêntures	Spread de risco de crédito	de 1,3% a 36,3%	de 0,7% a 36%
	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 6% a 9,2%	de 3,9% a 8,5%
Ações	Taxas de desconto (média)	de 14% a 15,4%	de 12,9% a 15%
	Múltiplos	de 1x a 10x	de 0,2x a 7x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,63 a 0,8	de 0,57 a 0,89

### Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis mencionados acima foram agregados em 3 categorias: (i) taxas de juros/spreads de risco de crédito, (ii) valores de ativos de renda variável sem liquidez; e (iii) volatilidade de ações. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a alterações nos valores dos dados não observáveis para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	2024		2023	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxas de Juros/Spreads de risco de crédito	Cenário I	-	(1.049.091)	-	(960.022)
	Cenário II	-	(4.525.796)	-	(4.082.556)
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(129.470)	(559.191)	(159.214)	(550.447)
	Cenário II	(323.676)	(1.397.978)	(398.036)	(1.376.118)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(176)	-	(102)
	Cenário II	-	(198)	-	(113)

Na mensuração da sensibilidade, são utilizados os seguintes cenários:

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Taxas de Juros/Spreads de risco de crédito	aumento de 1 p.p. nas taxas	aumento de 5 p.p. nas taxas
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação do 25º percentil das volatilidades das empresas listadas na B3 (0,32)	aplicação do 10º percentil das volatilidades das empresas listadas na B3 (0,27)

## 4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

As tabelas a seguir apresentam as exposições cambiais de ativos e passivos financeiros.

	2024					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA <sup>(1)</sup>	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	39.057.059	1.046.133	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	222.273.160	5.158.469	-	-	-	227.431.629
Derivativos	89.197	1.363.655	-	-	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	488.635.652	64.365.033	35.550	-	418.696	553.454.931
Outros ativos financeiros	3.496.123	1.135.999	-	-	-	4.632.122
<b>Total</b>	<b>753.551.191</b>	<b>73.069.289</b>	<b>35.550</b>	<b>-</b>	<b>418.696</b>	<b>827.074.726</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Obrigações por depósitos	4.885.747	-	-	-	-	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	34.453.720	-	-	-	-	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	12.775.699	-	-	-	-	12.775.699
Derivativos	68.553	5.452	-	-	-	74.005
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	348.016	-	-	-	-	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	59.337.036	51.969.467	-	1.266.381	-	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	25.601.778	-	-	-	-	25.601.778
Dívidas subordinadas	405.142.060	38.071.061	680.316	-	-	443.893.437
Outros passivos financeiros	9.301.329	-	-	-	-	9.301.329
<b>Total</b>	<b>551.913.938</b>	<b>90.045.980</b>	<b>680.316</b>	<b>1.266.381</b>	<b>-</b>	<b>643.906.615</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>201.637.253</b>	<b>(16.976.691)</b>	<b>(644.766)</b>	<b>(1.266.381)</b>	<b>418.696</b>	<b>183.168.111</b>

<sup>(1)</sup> Cesta de moedas – UMBNDES.

	2023				
	R\$	US\$	EUR	CESTA <sup>(1)</sup>	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	36.330.443	1.309.307	-	-	37.639.750
Títulos e valores mobiliários	177.054.373	4.597.339	-	-	181.651.712
Derivativos	(133.229)	1.075.067	-	-	941.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	449.734.104	48.943.896	44.294	404.861	499.127.155
Outros ativos financeiros	3.011.471	1.072.690	-	-	4.084.161
<b>Total</b>	<b>665.997.162</b>	<b>56.998.299</b>	<b>44.294</b>	<b>404.861</b>	<b>723.444.616</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Obrigações por depósitos	5.311.540	-	-	-	5.311.540
Obrigações por operações compromissadas	34.590.460	-	-	-	34.590.460
Obrigações por emissão de debêntures	567.226	-	-	-	567.226
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	327.580	-	-	-	327.580
Obrigações por empréstimos e repasses	37.731.078	43.542.365	-	-	81.273.443
Fundos financeiros e de desenvolvimento	12.455.140	-	-	-	12.455.140
Dívidas subordinadas	370.754.154	26.605.454	44.181	-	397.403.789
Outros passivos financeiros	10.304.683	-	-	-	10.304.683
<b>Total</b>	<b>472.041.861</b>	<b>70.147.819</b>	<b>44.181</b>	<b>-</b>	<b>542.233.861</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>193.955.301</b>	<b>(13.149.520)</b>	<b>113</b>	<b>404.861</b>	<b>181.210.755</b>

<sup>(1)</sup> Cesta de moedas – UMBNDES.

## 4.5. Risco de liquidez

### Ativos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros por período de vencimento.

2024									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.103.192	-	-	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	96.615.556	1.806.531	763.478	2.314.698	-	1.796.483	103.296.746
Ações	75.192.206	-	-	-	-	-	-	-	75.192.206
Debêntures	-	-	282.988	121.441	604.604	1.683.171	3.275.190	29.269.987	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.525.224	-	2.127.604	-	-	-	-	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	1.878.224	1.745.853	15.619	34.790	1.708.737	3.669.245	9.052.468
Derivativos	-	-	183.978	123	374	-	-	1.268.377	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	3.619.902	83.556.207	68.341.422	70.493.009	87.500.228	116.846.710	123.097.453	553.454.931
Outros ativos financeiros	1.463.335	-	3.088.940	39.257	-	-	-	40.590	4.632.122
<b>Total</b>	<b>79.180.765</b>	<b>3.619.902</b>	<b>227.836.689</b>	<b>72.054.627</b>	<b>71.877.084</b>	<b>91.532.887</b>	<b>121.830.637</b>	<b>159.142.135</b>	<b>827.074.726</b>

2023									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	37.639.750	-	-	-	-	-	37.639.750
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	63.681.649	4.164.887	957.700	572.800	-	3.074.623	72.451.659
Ações	74.174.704	-	-	-	-	-	-	-	74.174.704
Debêntures	-	-	183.263	469.789	159.946	1.133.110	3.963.684	17.850.453	23.760.245
Fundos mútuos de investimentos	2.069.633	-	1.770.789	-	-	-	-	-	3.840.422
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	2.827.348	-	-	12.854	889.443	3.695.037	7.424.682
Derivativos	-	-	177.100	62	921	-	-	763.755	941.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	4.691.757	77.583.887	59.093.457	52.497.428	87.275.812	110.855.430	107.129.384	499.127.155
Outros ativos financeiros	595.544	-	2.301.773	1.186.844	-	-	-	-	4.084.161
<b>Total</b>	<b>76.839.881</b>	<b>4.691.757</b>	<b>186.165.559</b>	<b>64.915.039</b>	<b>53.615.995</b>	<b>88.994.576</b>	<b>115.708.557</b>	<b>132.513.252</b>	<b>723.444.616</b>

## Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros por período de vencimento.

	2024						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	856.310	776.746	734.875	1.199.310	1.673.420	778.931
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos							
Debêntures							
Emissões privadas	-	169.376	141.605	64.333	63.715	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	2.650.987	-	-	-	-	-
Letras de crédito de desenvolvimento	-	5.412.766	93.111	277.746	8.043.920	-	-
Derivativos	-	206.699	219.341	219.099	309.914	635.098	413.027
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	348.016	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	489.853	466.991	89.847	174.526	382.920	172.166
Repasses							
País	-	4.756.148	4.662.425	4.588.398	8.925.591	20.748.950	21.688.322
Exterior	-	4.161.220	6.940.712	6.465.920	7.715.874	11.651.451	7.260.131
Dívidas subordinadas	433.018.716	26.103.276	31.186.953	34.848.314	79.108.131	230.200.657	312.593.519
Outros passivos financeiros	-	116.717	116.717	116.717	233.434	350.151	-
<b>Total</b>	<b>433.018.716</b>	<b>45.271.368</b>	<b>44.604.601</b>	<b>47.405.249</b>	<b>105.774.415</b>	<b>265.642.647</b>	<b>342.906.096</b>

	2023						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	998.937	878.594	774.668	1.274.599	1.745.436	673.531
Obrigações por emissão de debêntures							
Debêntures							
Emissões privadas	-	197.357	167.938	140.381	99.013	27.909	-
Derivativos	-	56.512	54.535	52.434	96.203	188.974	141.392
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	327.580	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	488.234	467.646	447.750	140.570	312.558	193.979
Exterior	-	2.472.351	-	-	-	-	-
Repasses							
País	-	3.930.919	3.822.248	3.715.848	7.133.716	15.927.928	16.614.709
Exterior	-	3.083.294	2.998.788	5.189.427	4.493.639	6.782.442	5.933.474
Dívidas subordinadas	388.775.918	23.637.918	27.413.968	29.709.464	66.005.970	188.213.681	290.392.848
Outros passivos financeiros	-	111.542	111.542	111.542	223.083	446.166	-
<b>Total</b>	<b>388.775.918</b>	<b>35.304.644</b>	<b>35.915.259</b>	<b>40.141.514</b>	<b>79.466.793</b>	<b>213.645.094</b>	<b>313.949.933</b>



## 4.6. Exposição a risco de crédito

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios, descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

	2024				31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Operações de crédito e repasses								
Operações de Crédito	304.486.754	16.800.878	18.794.311	340.081.943	287.965.316	8.113.709	16.247.657	312.326.682
Repasses Interfinanceiros	222.077.403	-	2.784	222.080.187	192.272.537	1.260.978	2.760	193.536.275
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	96.621	-	432.933	529.554	93.033	-	432.933	525.966
Direitos recebíveis	884.528	-	3.528.204	4.412.732	6.602	-	4.815.322	4.821.924
Títulos e valores mobiliários				-				
Debêntures - Custo Amortizado	13.308.408	-	-	13.308.408	3.485.396	-	-	3.485.396
Debêntures - VJORA <sup>(1)</sup>	23.201.925	1.387.357	2.456.460	27.045.742	21.763.340	1.783.813	2.413.561	25.960.714
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado	3.698.790	-	-	3.698.790	2.827.817	-	-	2.827.817
<b>Off Balance</b>								
Garantias financeiras prestadas	427.272	-	-	427.272	507.500	-	-	507.500
Compromissos de crédito	194.241.097	-	-	194.241.097	96.604.683	-	-	96.604.683
<b>Total</b>	<b>762.422.798</b>	<b>18.188.235</b>	<b>25.214.692</b>	<b>805.825.725</b>	<b>605.526.224</b>	<b>11.158.500</b>	<b>23.912.233</b>	<b>640.596.957</b>

<sup>(1)</sup> Para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), o montante apresentado equivale ao custo amortizado antes da provisão para perdas de crédito, sem considerar a marcação a mercado.

## Concentração por setor de atividade

	2024						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	40.103.192	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	110.578.809	-	14.255.491	7.564	9.052.460	13.692.271	147.586.595
Derivativos	-	-	-	-	1.452.067	785	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	107.891.780	2.200.427	185.993.813	3.679.321	160.863.308	92.826.282	553.454.931
Outros ativos financeiros	720.699	-	-	-	-	3.911.423	4.632.122
Total	219.191.288	2.200.427	200.249.304	3.686.885	211.471.027	110.430.761	747.229.692

	2023						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	37.639.750	-	37.639.750
Títulos e valores mobiliários	78.993.745	-	8.534.543	24.844	7.424.675	8.658.779	103.636.586
Derivativos	-	-	-	-	940.855	983	941.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	103.342.202	2.844.563	167.453.435	2.024.312	139.372.922	84.089.721	499.127.155
Outros ativos financeiros	595.544	-	-	-	-	3.488.617	4.084.161
Total	182.931.491	2.844.563	175.987.978	2.049.156	185.378.202	96.238.100	645.429.490

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota Explicativa nº 6.1.3.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	31/12/2023
Disponibilidades	622.564	528.243
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.480.628	37.111.507
Aplicações em operações compromissadas	38.192.370	36.330.104
Aplicações em moedas estrangeiras	1.288.258	781.403
<b>Total</b>	<b>40.103.192</b>	<b>37.639.750</b>

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

## 6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	2024	2023
Operações de crédito	340.081.943	312.326.682
Repasse interfinanceiros	222.080.187	193.536.275
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	529.554	525.966
Direitos recebíveis	4.412.732	4.821.924
Provisão para perdas de crédito	(13.595.019)	(12.083.692)
<b>Subtotal operações de crédito e repasse interfinanceiros</b>	<b>553.509.397</b>	<b>499.127.155</b>
Hedge da carteira de crédito	(54.466)	-
<b>Total operações de crédito e repasse interfinanceiros</b>	<b>553.454.931</b>	<b>499.127.155</b>
Debêntures	13.308.408	3.485.396
Provisão para perdas de crédito	(147.379)	(21.884)
<b>Subtotal títulos e valores mobiliários</b>	<b>13.161.029</b>	<b>3.463.512</b>
<b>Total de operações da carteira de crédito</b>	<b>566.615.960</b>	<b>502.590.667</b>
Circulante	87.176.109	82.366.770
Não circulante	479.439.851	420.223.897

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração dos ativos da carteira de crédito, bem como da provisão para perdas de crédito, seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cujo detalhamento pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 32.1.

As informações sobre a política e a gestão de riscos da carteira de crédito do BNDES são encontradas na Nota Explicativa nº 25.

### 6.1. Operações de crédito e Repasse interfinanceiros

#### 6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

#### Composição

	2024	2023
Saldo Bruto	340.081.943	312.326.682
Provisão para perdas de crédito	(9.710.056)	(7.580.367)
<b>Subtotal</b>	<b>330.371.887</b>	<b>304.746.315</b>
Hedge da carteira de crédito	(54.466)	-
<b>Total</b>	<b>330.317.421</b>	<b>304.746.315</b>
Circulante	32.725.416	32.097.434
Não circulante	297.592.005	272.648.881

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

### 6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

#### Composição

	2024	2023
Saldo bruto	222.080.187	193.536.275
Provisão para perdas de crédito	(415.253)	(325.326)
<b>Total</b>	<b>221.664.934</b>	<b>193.210.949</b>
Circulante	54.013.989	49.777.909
Não circulante	167.650.945	143.433.040

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

### 6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2024				2023			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	15.665.445	4,6%	29.655.793	13,4%	16.015.173	5,1%	24.192.672	12,4%
10 seguintes maiores clientes	65.768.540	19,3%	133.481.141	60,1%	61.066.680	19,6%	115.459.472	59,7%
20 seguintes maiores clientes	55.606.436	16,4%	53.400.358	24,0%	53.208.675	17,0%	48.692.394	25,2%
50 seguintes maiores clientes	71.427.005	21,0%	5.542.895	2,5%	64.278.317	20,6%	5.191.737	2,7%
100 seguintes maiores clientes	55.538.107	16,3%	-	-	50.257.488	16,1%	-	-
Demais clientes	76.076.410	22,4%	-	-	67.500.349	21,6%	-	-
<b>Total</b>	<b>340.081.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>222.080.187</b>	<b>100,0%</b>	<b>312.326.682</b>	<b>100,0%</b>	<b>193.536.275</b>	<b>100,0%</b>

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Os limites de exposição por cliente estão descritos na Nota Explicativa n.º 25.1.4

## 6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

### Composição

	2024	2023
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	529.554	525.966
Provisão para perdas de crédito	(86.927)	(108.551)
	<b>442.627</b>	<b>417.415</b>
Direitos recebíveis	4.412.732	4.821.924
Provisão para perdas de crédito	(3.382.783)	(4.069.448)
	<b>1.029.949</b>	<b>752.476</b>
<b>Total</b>	<b>1.472.576</b>	<b>1.169.891</b>
Circulante	436.704	400.301
Não circulante	1.035.872	769.590

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

## 6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

### Composição

	2024	31/12/2023
Setor Privado	11.541.120	1.667.630
Setor Público	1.767.288	1.817.766
Provisão para perdas de crédito	(147.379)	(21.884)
<b>Total</b>	<b>13.161.029</b>	<b>3.463.512</b>
Circulante	-	91.126
Não circulante	13.161.029	3.372.386

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

## 6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Operações de Crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.583.113</b>	<b>216.479</b>	<b>5.780.775</b>	<b>7.580.367</b>
Constituição/ (reversão) líquida	847.208	1.500.791	(145.537)	2.202.462
Transferência entre estágios	216.691	54.282	(270.973)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(72.773)	(72.773)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.647.012</b>	<b>1.771.552</b>	<b>5.291.492</b>	<b>9.710.056</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>314.615</b>	<b>10.079</b>	<b>632</b>	<b>325.326</b>
Constituição/ (reversão) líquida	99.725	(9.785)	35	89.975
Transferência entre estágios	294	(294)	-	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(48)	(48)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>414.634</b>	<b>-</b>	<b>619</b>	<b>415.253</b>
<b>Venda a prazo de títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>318</b>	<b>-</b>	<b>108.233</b>	<b>108.551</b>
Constituição/ (reversão) líquida	22	-	(21.646)	(21.624)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>340</b>	<b>-</b>	<b>86.587</b>	<b>86.927</b>
<b>Direitos recebíveis</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>267</b>	<b>-</b>	<b>4.069.181</b>	<b>4.069.448</b>
Constituição/ (reversão) líquida	13.978	-	(700.643)	(686.665)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>14.245</b>	<b>-</b>	<b>3.368.538</b>	<b>3.382.783</b>
<b>Debêntures - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>21.884</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.884</b>
Constituição/ (reversão) líquida	125.495	-	-	125.495
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>147.379</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>147.379</b>
<b>Debêntures – VJORA</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>250.607</b>	<b>62.916</b>	<b>1.027.758</b>	<b>1.341.281</b>
Constituição/ (reversão) líquida	26.656	(683)	1.149.281	1.175.254
Transferência entre estágios	18.037	(18.037)	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>295.300</b>	<b>44.196</b>	<b>2.177.039</b>	<b>2.516.535</b>
<b>Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>475</b>
Constituição/ (reversão) líquida	74.246	-	-	74.246
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>74.721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.721</b>
<b>Total de provisão sobre ativos financeiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.171.279</b>	<b>289.474</b>	<b>10.986.579</b>	<b>13.447.332</b>
Constituição/ (reversão) líquida	1.187.330	1.490.323	281.490	2.959.143
Transferência entre estágios	235.022	35.951	(270.973)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(72.821)	(72.821)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.593.631</b>	<b>1.815.748</b>	<b>10.924.275</b>	<b>16.333.654</b>
<b>Compromissos de crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>				<b>163.830</b>
Constituição/ (reversão) líquida				155.010
<b>Saldo no final do exercício</b>				<b>318.840</b>



	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Operações de Crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.947.713</b>	<b>124.044</b>	<b>7.272.725</b>	<b>9.344.482</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(172.257)	(63.084)	(1.374.955)	(1.610.296)
Transferência entre estágios	(192.343)	155.519	36.824	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(153.819)	(153.819)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.583.113</b>	<b>216.479</b>	<b>5.780.775</b>	<b>7.580.367</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>324.943</b>	<b>-</b>	<b>847</b>	<b>325.790</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(3.509)	3.260	(215)	(464)
Transferência entre estágios	(6.819)	6.819	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>314.615</b>	<b>10.079</b>	<b>632</b>	<b>325.326</b>
<b>Venda a prazo de títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>386</b>	<b>-</b>	<b>64.940</b>	<b>65.326</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(68)	-	43.293	43.225
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>318</b>	<b>-</b>	<b>108.233</b>	<b>108.551</b>
<b>Direitos recebíveis</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>577</b>	<b>-</b>	<b>3.699.512</b>	<b>3.700.089</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(142)	-	369.501	369.359
Transferência entre estágios	(168)	-	168	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>267</b>	<b>-</b>	<b>4.069.181</b>	<b>4.069.448</b>
<b>Debêntures - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>5.106</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.106</b>
Constituição/ (reversão) líquida	16.778	-	-	16.778
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>21.884</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.884</b>
<b>Debêntures - VJORA</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>94.512</b>	<b>24.113</b>	<b>182.580</b>	<b>301.205</b>
Constituição/ (reversão) líquida	185.601	9.297	845.178	1.040.076
Transferência entre estágios	(29.506)	29.506	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>250.607</b>	<b>62.916</b>	<b>1.027.758</b>	<b>1.341.281</b>
<b>Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.804</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.804</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(2.329)	-	-	(2.329)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>475</b>
<b>Título de renda fixa no exterior - VJORA</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>435</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>435</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(435)	-	-	(435)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de provisão sobre ativos financeiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.376.476</b>	<b>148.157</b>	<b>11.220.604</b>	<b>13.745.237</b>
Constituição/ (reversão) líquida	23.639	(50.527)	(117.198)	(144.086)
Transferência entre estágios	(228.836)	191.844	36.992	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(153.819)	(153.819)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.171.279</b>	<b>289.474</b>	<b>10.986.579</b>	<b>13.447.332</b>
<b>Compromissos de crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>				<b>176.813</b>
Constituição/ (reversão) líquida				(12.983)
<b>Saldo no final do exercício</b>				<b>163.830</b>

## Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	2024	2023
Reversão (constituição) de provisão sobre:		
Operações de crédito	(2.202.462)	1.610.296
Repasse interfinanceiros	(89.975)	464
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	21.624	(43.225)
Direitos recebíveis	686.665	(369.359)
Debêntures	(1.300.748)	(1.056.855)
Títulos de renda fixa no exterior	(74.246)	2.764
Compromissos de crédito	(155.010)	12.983
<b>Total de reversão (constituição) de provisão</b>	<b>(3.114.152)</b>	<b>157.068</b>
Recuperação de créditos baixados	920.150	344.880
<b>Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito</b>	<b>(2.194.002)</b>	<b>501.948</b>

## 6.5. Créditos renegociados e recuperados

	2024	2023
Baixas para prejuízo	(72.821)	(153.819)
Recuperação de créditos baixados	920.150	344.880
<b>Créditos renegociados</b>	<b>26.669.274</b>	<b>22.519.969</b>

O BNDES aprovou, nos meses de abril e maio de 2024 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da situação de emergência ou calamidade pública decretada em municípios atingidos pelo desastre natural no Rio Grande do Sul – RS, vide Nota Explicativa n. 2.5.

Uma das medidas é a possibilidade de suspensão temporária por prazo de até doze meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao Sistema BNDES, nas modalidades direta e indireta, destinada a empresas e produtores rurais ou investimentos localizados em municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Essa medida é conhecida no mercado como *standstill*.

O saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial representa 58% dos créditos renegociados durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2024.

Houve também suspensão temporária de amortizações de Debêntures, no montante de R\$ 1.293.332 em 31 de dezembro de 2024. A carteira de debêntures está apresentada na Nota Explicativa n.º 7.3.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES.

	2024				2023			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)			Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)		
Títulos públicos	92.346.006	10.901.998	48.742	103.296.746	59.785.619	12.624.853	41.187	72.451.659
Ações não coligadas	-	75.192.206	-	75.192.206	-	74.174.704	-	74.174.704
Debêntures <sup>(1)</sup>	-	22.076.352	13.161.029	35.237.381	-	20.296.733	3.463.512	23.760.245
Fundos mútuos de investimento	2.127.604	2.525.224	-	4.652.828	1.770.789	2.069.633	-	3.840.422
Títulos de renda fixa no exterior <sup>(1)</sup>	8	5.428.391	3.624.069	9.052.468	7	4.597.333	2.827.342	7.424.682
<b>Total</b>	<b>94.473.618</b>	<b>116.124.171</b>	<b>16.833.840</b>	<b>227.431.629</b>	<b>61.556.415</b>	<b>113.763.256</b>	<b>6.332.041</b>	<b>181.651.712</b>

<sup>(1)</sup> Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

### 7.1. Títulos Públicos

	2024				2023			
	VJR	VJORA	CA	Total	VJR	VJORA	CA	Total
Carteira própria	70.096.237	8.634.854	48.742	78.779.833	40.195.531	6.555.106	41.187	46.791.824
Vinculados a compromissos de recompra	20.079.200	2.267.144	-	22.346.344	18.896.726	4.203.935	-	23.100.661
Vinculados à prestação de garantias	2.170.569	-	-	2.170.569	693.362	1.865.812	-	2.559.174
<b>Total</b>	<b>92.346.006</b>	<b>10.901.998</b>	<b>48.742</b>	<b>103.296.746</b>	<b>59.785.619</b>	<b>12.624.853</b>	<b>41.187</b>	<b>72.451.659</b>
Circulante				96.615.556				63.681.649
Não circulante				6.681.190				8.770.010

## 7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração das ações não coligadas seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 9 e IFRS 7. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 32.1.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*units*) classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	2024			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	2024	2023
	Ordinárias	Preferenciais			
<b>Nível 1</b>					
PETROBRAS <sup>(1)</sup>	-	1.035.459	7,94	37.452.543	38.560.485
JBS	461.661	-	20,81	16.799.847	11.518.444
ELETROBRAS <sup>(2)</sup>	146.502	36.954	7,95	6.380.458	7.955.138
COPEL	131.162	524.646	21,99	5.877.350	6.668.254
EMBRAER	39.762	-	5,37	2.235.447	891.475
CEMIG	106.610	-	3,73	1.563.970	1.240.778
ENERGISA – <i>UNITs</i>	29.327	117.308	6,40	1.067.502	2.508.126
COPASA	13.160	-	3,46	270.297	268.586
BRAVA ENERGIA <sup>(3)</sup>	8.939	-	1,93	209.433	-
ENAUTA PARTICIPAÇÕES <sup>(3)</sup>				-	223.852
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES Tietê Energia) <sup>(4)</sup>				-	519.074
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL <sup>(5)</sup>				-	172.116
<b>Subtotal Nível 1</b>				<b>71.856.847</b>	<b>70.526.328</b>
Outras empresas - Nível 1				166.793	152.567
<b>Total Nível 1</b>				<b>72.023.640</b>	<b>70.678.895</b>
<b>Nível 2</b>				<b>33.241</b>	<b>60.970</b>
<b>Nível 3</b>				<b>3.135.325</b>	<b>3.434.839</b>
<b>TOTAL</b>				<b>75.192.206</b>	<b>74.174.704</b>
Circulante				639.800	-
Não circulante				74.552.406	74.174.704

<sup>(1)</sup> Do total da participação de 7,94%, 1,04% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as 135.248 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na B3.

<sup>(2)</sup> Do total da participação de 7,95%, 4,02% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 3,93% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

<sup>(3)</sup> Em julho de 2024 as ações da Enauta Participações S.A. (“Enauta”) foram incorporadas pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. (“3R Petroleum”). Por conta dessa operação a BNDESPAR desreconheceu seu investimento na Enauta e reconheceu um novo ativo referente a “3R Petroleum” (atual Brava Energia).

<sup>(4)</sup> Ações alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

<sup>(5)</sup> Ações realizadas em novembro de 2024 como parte do pagamento estabelecido em acordo judicial.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 32.1.6.

### 7.2.1. Resultados com alienação de investimentos em ações não coligadas

O resultado acumulado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas e do custo de aquisição das ações vendidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor de R\$ 130.393 (R\$ 81.980 líquido de efeitos tributários). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve venda de ações classificadas como VJORA.

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

### 7.2.2. Receita de Dividendos e JCP de investimentos em ações não coligadas

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referente aos valores mais relevantes das empresas listadas em bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado.

Empresas	2024			2023		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	6.309.460	1.742.230	8.051.690	5.871.559	1.515.366	7.386.925
JBS	1.384.983	-	1.384.983	461.661	-	461.661
Eletrobras	320.323	-	320.323	87.562	-	87.562
Copel	74.852	198.475	273.327	-	215.333	215.333
Cemig	72.785	68.899	141.684	9.273	96.577	105.850
Naturgy Brasil	108.683	29.557	138.240	70.882	26.432	97.314
Copasa	19.043	17.431	36.474	12.927	25.144	38.071
Energisa	30.652	-	30.652	116.074	-	116.074
<b>Subtotal</b>	<b>8.320.781</b>	<b>2.056.592</b>	<b>10.377.373</b>	<b>6.629.938</b>	<b>1.878.852</b>	<b>8.508.790</b>
Outras empresas	28.248	883	29.131	34.613	4.094	38.707
<b>Total</b>	<b>8.349.029</b>	<b>2.057.475</b>	<b>10.406.504</b>	<b>6.664.551</b>	<b>1.882.946</b>	<b>8.547.497</b>

Do total da receita com proventos de R\$ 10.406.504 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, R\$ 10.064 é proveniente de ações que foram alienadas e não fazem mais parte da carteira de ações da BNDESPAR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve reconhecimento de receita de proventos de ações posteriormente alienadas.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na rubrica “Outros ativos financeiros ao custo amortizado” do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.1.

### 7.3. Debêntures

	2024			2023		
	VJORA	CA <sup>(1)</sup>	Total	VJORA	CA <sup>(1)</sup>	Total
Setor Privado	21.912.706	11.452.803	33.365.509	20.061.697	1.653.006	21.714.703
Setor Público	163.646	1.708.226	1.871.872	235.036	1.810.506	2.045.542
<b>Total</b>	<b>22.076.352</b>	<b>13.161.029</b>	<b>35.237.381</b>	<b>20.296.733</b>	<b>3.463.512</b>	<b>23.760.245</b>
Circulante			282.988			183.263
Não circulante			34.954.393			23.576.982

<sup>(1)</sup> As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 6.5 e 2.5, no âmbito das medidas emergenciais no enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul, o BNDES suspendeu temporariamente amortizações de debêntures no valor de R\$ 1.293.332 em 2024.

### 7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2024	2023
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR <sup>(1)</sup>	Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB	411.698	107.951
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	365.203	365.515
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	310.573	174.179
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	310.482	233.662
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	267.633	235.028
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	246.240	246.529
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	242.734	263.200
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	241.712	211.996
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	227.460	223.292
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	162.650	-
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	144.620	146.670
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	127.192	126.146
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	99.530	160.140
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	95.103	99.223
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	86.690	66.114
CRIATEC FMIEE	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	75.533	77.195
<b>Subtotal</b>		<b>3.415.053</b>	<b>2.736.840</b>
Outros		1.237.775	1.103.582
<b>Total</b>		<b>4.652.828</b>	<b>3.840.422</b>
Circulante		2.127.604	1.770.789
Não circulante		2.525.224	2.069.633

<sup>(1)</sup> Sobre o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), em 1º de fevereiro de 2024 o Banco do Nordeste informou através dos Ofícios 2024/0486-0041, 2024/0486-0042 e 2024/0486-0044, a emissão de 329.231.598 mil cotas do Fundo FINOR em favor do BNDES e suas controladas, como parte do programa de Incentivo Fiscal ao qual as empresas do Sistema BNDES haviam aderido. Essas novas cotas foram reconhecidas pelo seu valor justo, no montante de R\$ 230.462 em março de 2024.

### 7.5. Derivativos

O BNDES utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* financeiros ou contábil, de acordo com a Circular BCB n.º 3.082/2002.

Esses instrumentos têm como objetivo o gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.1.4.

### 7.5.1. Composição

	Vencimentos	2024		2023	
		Valor de referência	Valor de mercado	Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo (Passivo)
<b>Contratos swap</b>					
Cambiais:					
Euro x USD	mai/36	(37.941)	-	(13.714)	-
CNH x R\$	nov/27	(1.158)	88.412	(60.291)	-
Taxas de juros em US\$:					
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	41.286	1.363.655	-	940.855
<b>Subtotal</b>		<b>2.187</b>	<b>1.452.067</b>	<b>(74.005)</b>	<b>940.855</b>
<b>Contratos futuros</b>					
DI (posição comprada)	-	-	-	-	-
DI (posição vendida)	abr/25 a jan/33	(56.257.172)	-	-	-
USD (posição comprada)	jan/25	1.521.758	-	-	-
USD (posição vendida)	fev/25	(487.644)	-	-	-
DDI (posição comprada)	fev/25 a jan/31	8.581.843	-	-	-
DDI (posição vendida)	jan/25	(1.518.705)	-	-	-
DAP (posição comprada)	jan/25 a ago/32	17.994.284	-	-	-
DAP (posição vendida)	mai/35	(250)	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>(30.165.886)</b>	-	-	-
<b>Opções</b>					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes		785		983
<b>Subtotal</b>			<b>785</b>		<b>983</b>
<b>Total</b>			<b>1.452.852</b>	<b>(74.005)</b>	<b>941.838</b>
Circulante			183.978	(70.005)	177.100
Não circulante			1.268.874	(4.000)	764.738

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

### 7.5.2 Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Moedas de referência	Vencimento	Valor Nominal		Contrapartes
		2024	2023	
EUR x USD (taxa fixa)	mai/2036	US\$ 103,94 milhões	-	Bank of America Merrill Lynch
CNH x BRL (pós-fixado)	nov/2027	US\$ 102,18 milhões	-	BNP Paribas Brasil
USD (taxa de juros fixa - flutuante) <sup>(1)</sup>	out/2042 a out/2045	US\$ 1.148,86 milhões	US\$ 990,62 milhões	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank, Santander e Bradesco

<sup>(1)</sup> Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos ou depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, até o vencimento das operações com cada contraparte haverá verificações semanais para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2024, o BNDES não possuía títulos públicos dados em garantia a essas operações e houve recebimento do valor de R\$ 465.655 em títulos em garantia (R\$ 365.931 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram recebidos ainda R\$ 797.763 (R\$ 546.708 em 31 de dezembro de 2023) em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado como “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante, na rubrica “Obrigações por depósitos”.

### 7.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	2024	2023
Swap	654.500	44.051
Futuro	7.689.406	(4.780.104)
Termo	-	-
<b>Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros</b>	<b>8.343.906</b>	<b>(4.736.053)</b>
Opções	(199)	(147.874)
<b>Resultado com derivativos - renda variável</b>	<b>(199)</b>	<b>(147.874)</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>8.343.707</b>	<b>(4.883.927)</b>

### 7.5.4. Resultados com derivativos cambiais e de taxa de juros

O BNDES utiliza derivativos para fins de hedge, e os resultados destes instrumentos devem ser analisados em conjunto com os resultados dos ativos subjacentes. Os derivativos de maior relevância financeira podem ser divididos em três grandes grupos, sendo que, considerando esta análise ampla, não houve resultados materiais para o BNDES em nenhuma dessas carteiras.

#### a) Hedge de operações de crédito em Reais com *funding* em moeda estrangeira:

O efeito cambial no resultado, observado, principalmente, no Resultado de Intermediação Financeira, é impactado pela variação da taxa de câmbio sobre aplicações e captações de recursos, e pelos instrumentos financeiros derivativos indexados à moeda estrangeira. Há, ainda, valores residuais da variação cambial sobre Provisão de Risco de Crédito (PRC), relativa à créditos provisionados no Ativo indexados em moedas estrangeiras, e sobre outras receitas/despesas operacionais. Além desses efeitos, outras variáveis são consideradas na análise da gestão cambial, como os componentes não cambiais embutidos no resultado com instrumentos financeiros derivativos (taxa DI e curvas de juros prefixados e de cupom cambial) e a diferença entre a variação da taxa à vista (*spot*), usada na marcação dos derivativos de bolsa, e da PTAX usada para atualizar os demais ativos e passivos. Considerando todas essas variáveis, o efeito líquido das variações cambiais sobre todos os ativos, passivos e derivativos em seu conjunto mostra-se de valor residual no Consolidado.

#### b) Hedge de operações de crédito em taxa fixa com *funding* em taxa diversa:

Para viabilizar a demanda de operações de crédito com taxa fixa, o BNDES realiza operações com derivativos de taxas de juros para gerenciar o risco decorrente do descasamento entre as taxas de repasse e captação. A precificação das taxas fixas que são utilizadas nas operações de crédito é definida em normativos internos, requerendo aprovações em diversos órgãos da governança interna da instituição. Cabe salientar que a estratégia adotada busca gerar um resultado em derivativos que compense, até o término da operação, a eventual volatilidade associada às flutuações das despesas e receitas vinculadas ao custo e repasse do *funding*. O resultado dos derivativos nesta categoria é compensado pelo valor econômico da carteira de operações de crédito em taxa fixa.

#### c) Hedge de ativos da carteira de tesouraria:

Em suas operações de tesouraria, o BNDES emprega estratégias de hedge com o objetivo de evitar desvios significativos da rentabilidade da carteira de tesouraria à taxa Selic. Essa abordagem visa mitigar riscos associados às flutuações do mercado das taxas de juros. Através do uso de instrumentos financeiros derivativos e outras técnicas de hedge, o BNDES consegue gerenciar efetivamente sua exposição ao risco, garantindo assim a estabilidade e a previsibilidade dos retornos de sua carteira de tesouraria. O resultado dos derivativos nesta categoria é compensado pelo retorno da carteira de títulos públicos.



### 7.5.5. Hedge Contábil

Em dezembro de 2024, o BNDES implementou estruturas de *hedge* de valor de mercado para mitigar a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros em operações de crédito.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap* de taxa de juros, conforme descrito:

- Ponta Ativa: % da variação SOFR;
- Ponta Passiva: Taxa pré-fixada.

O Banco monitora essas estruturas de proteção para assegurar que os instrumentos de *hedge* efetivamente compensem as variações no valor justo dos respectivos itens cobertos, ao longo de todo o período definido para a relação de *hedge*.

A avaliação da efetividade das estruturas de *hedge* é realizada no momento da designação e de forma prospectiva.

No gerenciamento de risco, espera-se que os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos apresentem movimentos opostos e proporcionais, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor de mercado:

Hedge de risco de mercado	2024			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo <sup>(1)</sup>	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado <sup>(2)</sup>
<b>Contratos de <i>swap</i></b>				
Hedge de operações de crédito <sup>(3)</sup>	1.227.148	(54.466)	1.275.631	48.917

<sup>(1)</sup> Valor contábil do objeto de *hedge*, mensurado ao custo amortizado, acrescido da variação do valor justo atribuível ao risco coberto.

<sup>(2)</sup> Os ajustes a receber ou a pagar são registrados no Balanço Patrimonial na rubrica "Derivativos". Tais ajustes incluem tanto a parcela referente à variação do valor de mercado da perna prefixada do *swap* (relacionado ao objeto de *hedge*), quanto a valorização da perna pós-fixada (não relacionada ao objeto de *hedge*).

<sup>(3)</sup> A carteira de crédito objeto de *hedge* contábil é classificada como custo amortizado de acordo com o modelo de negócios.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, as variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos diretamente no resultado.

## 8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2024	2023
Direitos a receber – Sistema Eletrobrás	54.120	-
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	666.579	595.544
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	2.064.193	1.596.143
Devedores por depósito em garantia	1.032.768	926.043
Cessão de direito de capitalização	39.257	413.834
Pagamentos a ressarcir	221.163	188.609
Diversos	554.042	363.988
<b>Total</b>	<b>4.632.122</b>	<b>4.084.161</b>
Circulante	3.088.940	2.301.773
Não circulante	1.543.182	1.782.388

### 8.1. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	2024	2023
Ações não coligadas		
Dividendos	1.332.198	994.869
Juros sobre capital próprio	683.894	583.374
Coligadas		
Dividendos	-	-
Juros sobre capital próprio	48.101	17.900
<b>Total</b>	<b>2.064.193</b>	<b>1.596.143</b>
Circulante	2.064.193	1.596.143

## 9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa” em conformidade com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 32.2.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas.

2024 <sup>(1)</sup>							2023 <sup>(1)</sup>	Natureza das atividades do negócio da coligada
Coligadas <sup>(2)</sup>	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital <sup>(3)</sup>		Valor do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	
		Ordinárias	Total					
Tupy	40.645	29,78	29,78	1.023.167	-	1.023.167	915.050	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88	18,88	349.565	-	349.565	316.376	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
CTC	60.902	18,99	18,99	313.525	-	313.525	302.399	Saneamento
Iguá <sup>(4)</sup>	61.729	11,09	11,09	390.849	-	390.849	233.612	Biotecnologia
Subtotal				2.077.106	-	2.077.106	1.767.437	
Outros				401.298	(273.492)	127.806	130.454	
Total				2.478.404	(273.492)	2.204.912	1.897.891	

<sup>(1)</sup> A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2024 (31/10/2023 para cálculo da equivalência em 31/12/2023).

<sup>(2)</sup> Empresas com sede no Brasil.

<sup>(3)</sup> % de participação sobre o capital da coligada ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

<sup>(4)</sup> Em agosto de 2024 a BNDESPAR alienou 12.092 ações ordinárias da Iguaçu, reduzindo sua participação no capital social da coligada de 13,21% para 10,38% (ajustada pelas ações em tesouraria). Vide Nota Explicativa nº 9.6. Em novembro de 2024 a investida promoveu uma captação de recursos junto a determinados acionistas, tendo a BNDESPAR subscrito 17.487 mil novas ações ordinárias, pelo valor total R\$ 228.199. O levantamento da informação necessária para a alocação do valor aportado será concluído em 2025.

Em 1º de janeiro de 2023 se encerrou a vigência do Acordo de Acionistas do qual a BNDESPAR era signatária referente ao seu investimento na Tupy. Apesar do encerramento do acordo de acionistas, a Administração concluiu pela manutenção da influência significativa por parte da BNDESPAR.

## 9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da subsidiária BNDESPAR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Coligadas	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2) (3)</sup>	Alienação	Saldo em 31/12/2024
Tupy	915.050	-	(62.836)	90.838	80.115	-	1.023.167
CBO Holding	316.376	-	-	2.144	31.045	-	349.565
CTC	302.399	-	(6.869)	17.094	901	-	313.525
Iguá <sup>(4)</sup>	233.612	228.199	-	(28.615)	2.077	(44.424)	390.849
<b>Subtotal</b>	<b>1.767.437</b>	<b>228.199</b>	<b>(69.705)</b>	<b>81.461</b>	<b>114.138</b>	<b>(44.424)</b>	<b>2.077.106</b>
Outras coligadas	130.454	-	(11.809)	7.551	1.722	(112)	127.806
<b>Total coligadas</b>	<b>1.897.891</b>	<b>228.199</b>	<b>(81.514)</b>	<b>89.012</b>	<b>115.860</b>	<b>(44.536)</b>	<b>2.204.912</b>

Coligadas	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2)</sup>	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Alienação	Saldo em 31/12/2023
Tupy	869.481	-	(51.195)	105.434	(8.670)	-	-	915.050
CBO Holding	320.583	-	-	2.665	(6.872)	-	-	316.376
Iguá	310.599	-	-	(79.446)	2.459	-	-	233.612
CTC	305.210	-	(4.123)	1.365	(53)	-	-	302.399
<b>Subtotal</b>	<b>1.805.873</b>	<b>-</b>	<b>(55.318)</b>	<b>30.018</b>	<b>(13.136)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.767.437</b>
Outras coligadas	141.553	8.939	(10.305)	(59)	249	568	(10.491)	130.454
<b>Total coligadas</b>	<b>1.947.426</b>	<b>8.939</b>	<b>(65.623)</b>	<b>29.959</b>	<b>(12.887)</b>	<b>568</b>	<b>(10.491)</b>	<b>1.897.891</b>

<sup>(1)</sup> Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

<sup>(2)</sup> Inclui ainda os efeitos da mudança no percentual de participação relativa.

<sup>(3)</sup> A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

<sup>(4)</sup> Em agosto de 2024 a BNDESPAR alienou 12.092 ações ordinárias da Iguá, reduzindo sua participação no capital social da coligada de 13,21% para 10,38% (ajustada pelas ações em tesouraria). Vide Nota Explicativa nº 9.6. Em novembro de 2024 a investida promoveu uma captação de recursos junto a determinados acionistas, tendo a BNDESPAR subscrito 17.487 mil novas ações ordinárias, pelo valor total R\$ 228.199. O levantamento da informação necessária para a alocação do valor aportado será concluído em 2025.

## 9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	2024	2023
Tupy	ON	953.540	1.175.058

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

## 9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2024 <sup>(1)</sup>					01/11/2023 a 31/10/2024 - doze meses <sup>(1)</sup>			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade <sup>(2)</sup>	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	2.445.257	6.027.751	1.788.277	3.249.448	3.435.283	4.386.661	320.773	253.107	573.880
CBO Holding	6.128	1.850.682	4.994	308	1.851.508	33.005	11.353	164.438	175.791
CTC	682.860	1.247.157	128.727	150.057	1.651.233	504.770	90.036	1.121	91.157
Iguá	2.256.045	2.821.234	177.475	1.632.366	3.267.438	30.434	(254.215)	-	(254.215)
<b>Total</b>	<b>5.390.290</b>	<b>11.946.824</b>	<b>2.099.473</b>	<b>5.032.179</b>	<b>10.205.462</b>	<b>4.954.870</b>	<b>167.947</b>	<b>418.666</b>	<b>586.613</b>

<sup>(1)</sup> Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

<sup>(2)</sup> Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

## 9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2024	2023
Passivo a descoberto nas coligadas - Correspondente a participação da BNDESPAR <sup>(1)</sup>	(843.555)	(879.476)
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício <sup>(1)</sup>	(2.312)	(9.006)

<sup>(1)</sup> Apurado no investimento de coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante.

## 9.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo identificado a necessidade de constituição de provisão. No entanto, o aumento no valor recuperável de determinado ativo ocasionou a reversão de provisão no montante de R\$ 568 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 9.6. Resultado com alienação de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a subsidiária BNDESPAR apurou lucro na venda de coligadas no valor de R\$ 121.601, apresentado na rubrica "Resultado com alienações de títulos de renda variável" da Demonstração do Resultado junto com o resultado da venda de direitos de subscrição no valor de R\$ 90.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária BNDESPAR apurou lucro de R\$ 11.631 referente a alienação de participação societária em coligada. Este saldo está incluído na rubrica "Resultado com alienações de títulos de renda variável" da demonstração do resultado, juntamente com R\$ 1.334 referente ao recebimento de valores que haviam sido retidos pelo comprador em operação de venda realizada em exercícios anteriores, cujo recebimento não era praticamente certo quando da realização da operação.

## 10. OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Despesas antecipadas	1.098.222	939.134
Incentivos fiscais	7.170	14.868
Outros investimentos – Obras de arte	244	244
Outros valores e bens	490	1.044
<b>Total</b>	<b>1.106.126</b>	<b>955.290</b>
Circulante	1.098.712	940.178
Não circulante	7.414	15.112

## 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2024	2023
<b>Empréstimos</b>		
País	1.650.303	1.888.607
Exterior	-	2.423.927
	<b>1.650.303</b>	<b>4.312.534</b>
<b>Repases</b>		
País		
Tesouro nacional	51.433.282	33.834.681
. Recursos do Fundo Social <sup>(1)</sup>	20.143.750	-
. Outros recursos do Tesouro Nacional	31.289.532	33.834.681
Fundo Marinha Mercante	20.926.033	18.433.730
Outros	4.772.585	3.444.471
Exterior - Instituições multilaterais	33.790.681	21.248.027
	<b>110.922.581</b>	<b>76.960.909</b>
<b>Total</b>	<b>112.572.884</b>	<b>81.273.443</b>
Circulante	8.233.013	9.357.696
Não circulante	104.339.871	71.915.747

<sup>(1)</sup> Refere-se ao repasse de R\$ 20 bilhões referentes a recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei nº 14.981, de 20 de setembro de 2024, objetivando a cobertura de operações contratadas por beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul, vide Nota Explicativa n.º 2.5.

Os contratos de empréstimos e repases não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras.

### 11.1. Composição

#### a) Empréstimos no país

	2024	2023
Obrigações por aquisição de títulos federais	764.792	1.138.187
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	885.511	750.420
<b>Total</b>	<b>1.650.303</b>	<b>1.888.607</b>
Circulante	449.789	433.518
Não circulante	1.200.514	1.455.089

#### Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 764.792 em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 370.781 no circulante e R\$ 394.011 no não circulante (R\$ 1.138.187 em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 370.840 no circulante e R\$ 767.347 no não circulante) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

## b) Empréstimos no exterior – Bonds

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	2024	2023
USD 1 bilhão <sup>(1)</sup>	09/05/2024	4,750%	Bank of New York	-	2.405.148
Juros provisionados				-	18.779
<b>Total</b>				-	<b>2.423.927</b>
Circulante				-	2.423.927
Não circulante					-

<sup>(1)</sup> Empréstimo com o Bank of New York liquidado em 09/05/2024.

## c) Repasses no país

### Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	2024	2023
US\$	12,55	708.367	626.739
US\$ + 6,04%	14,33	4.765.594	3.982.647
SELIC <sup>(1)</sup>	15,99	9.290.413	70.328
Reais + Taxa Fixa <sup>(1)</sup>	-	11.633.467	-
TJLP	16,18	24.655.836	28.900.517
Reais + 3,25%	-	41	8.550
Juros provisionados		379.564	245.900
<b>Total</b>		<b>51.433.282</b>	<b>33.834.681</b>
Circulante		2.362.251	2.256.780
Não circulante		49.071.031	31.577.901

<sup>(1)</sup> Inclui repasse de R\$ 15 bilhões referentes a recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei nº 14.981, de 20 de setembro de 2024, objetivando a cobertura de operações contratadas por beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul, vide Nota Explicativa n.º 2.5. As taxas previstas para a remuneração do Fundo Social são: SELIC, quando os recursos estiverem disponíveis e Taxa Fixa (1%, 4% ou 6%) para os recursos aplicados.

### Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 20.296.033 (R\$ 18.433.730 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 2.843.516 no circulante e R\$ 18.082.517 no não circulante (R\$ 2.198.202 no circulante e R\$ 16.235.528 no não circulante em 31 de dezembro de 2023). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 82% em 31 de dezembro de 2024 (75% em 31 de dezembro de 2023).

## d) Repasses no exterior - Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	2024	2023
China Development Bank – CDB	US\$	4,75	5.573.070	2.420.650
China Development Bank – CDB	CNH	4,75	1.265.400	-
Inter-American Development Bank – BID	R\$	16,44	3.535.172	-
Inter-American Development Bank – BID	US\$	16,44	14.817.289	16.144.871
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	US\$	7,47	2.944.451	2.097.402
New Development Bank – NDB	US\$	16,69	3.715.380	-
Agence Française de Développement – AFD	US\$	1,90	283.470	332.436
El Instituto de Crédito Oficial – ICO	US\$	2,36	1.238.460	-
International Fund of Agricultural Development	US\$	17,46	46.680	-
Juros provisionados			371.309	252.668
<b>Total</b>			<b>33.790.681</b>	<b>21.248.027</b>
Circulante			2.567.211	2.045.269
Não circulante			31.223.470	19.202.758

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,75% e 10,93% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (2,84% e 8,22% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Taxas de captação:		
Até 3%	909.330	797.478
De 3,1 a 5%	3.407.791	863.204
De 5,1 a 7%	25.355.853	19.086.964
De 7,1 a 9%	211.226	247.713
De 9,1% a 10,5%	3.535.172	-
Juros provisionados	371.309	252.668
<b>Total</b>	<b>33.790.681</b>	<b>21.248.027</b>

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a outros organismos multilaterais contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW, *Agence Française de Développement* – AFD, *China Development Bank* – CDB e o *Instituto Oficial de Crédito* - ICO, não demandaram garantia formal da União.

## 11.2. Composição por vencimento

	2024			2023		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	5.665.802	2.567.211	8.233.013	4.888.500	4.469.196	9.357.696
Entre 1 e 2 anos	4.904.767	5.136.539	10.041.306	4.436.936	1.792.602	6.229.538
Entre 2 e 3 anos	4.281.447	4.782.148	9.063.595	4.448.884	4.092.219	8.541.103
Entre 3 e 5 anos	7.897.895	5.348.713	13.246.608	7.587.618	2.909.707	10.497.325
Entre 5 e 10 anos	18.360.310	7.796.853	26.157.163	18.037.564	4.041.056	22.078.620
Após 10 anos	37.671.982	8.159.217	45.831.199	18.201.987	6.367.174	24.569.161
<b>Total</b>	<b>78.782.203</b>	<b>33.790.681</b>	<b>112.572.884</b>	<b>57.601.489</b>	<b>23.671.954</b>	<b>81.273.443</b>

## 12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Informações adicionais podem ser verificadas por meio do seu site na internet: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/fat-bndes>.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

### 12.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela Taxa Referencial (FAT – TR), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integra a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos tem seu contravalor em reais e podem ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.



O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

<b>Dívidas Subordinadas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/TR/Selic)	395.061.642	362.235.062
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) <sup>(1)</sup>	37.957.074	26.540.857
	<b>433.018.716</b>	<b>388.775.919</b>
Juros provisionados	10.874.721	8.627.870
<b>Total</b>	<b>443.893.437</b>	<b>397.403.789</b>
Circulante	10.874.721	8.627.870
Não circulante	433.018.716	388.775.919

<sup>(1)</sup> Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003, revogada pela Resolução CODEFAT nº 932, de 15.12.2021, atualizada pela Resolução CODEFAT nº 967, de 23.11.2022).

## Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

O controle contábil da dívida subordinada observa o previsto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que limita o uso do FAT como Capital Nível II do Patrimônio de Referência ao saldo de 30 de junho de 2018, com redução de 10 p.p. ao ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 0 p.p. em 1º de janeiro de 2029.

O saldo contábil é recalculado em 1º de janeiro de cada ano e registrado em conta contábil específica para esta finalidade. Adicionalmente, o saldo da dívida subordinada é destacado em linha específica do passivo do BNDES.

Em 1º de janeiro de 2024 o limite está em 50% do saldo apurado em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

## 12.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

<b>Obrigações por depósitos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Depósitos especiais - FAT	4.056.194	4.741.635
Depósitos interfinanceiros	828.834	569.250
Depósitos diversos	719	655
<b>Total</b>	<b>4.885.747</b>	<b>5.311.540</b>
Circulante	1.387.615	1.279.217
Não circulante	3.498.132	4.032.323

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

<b>FAT – Depósitos especiais</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fomentar	1.231.117	1.427.920
Pronaf	2.102.504	2.482.742
Infraestrutura	722.573	830.973
<b>Total</b>	<b>4.056.194</b>	<b>4.741.635</b>
Circulante	558.062	709.312
Não circulante	3.498.132	4.032.323

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	2024												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Princip al	Total	Dispo nível	Aplicado	Total
<b>FAT INFRAESTRUTURA</b>	-	10.211	44.603	-	54.814	10.322	44.667	-	108.225	163.214	87.511	635.062	722.573
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	10.211	44.603	-	54.814	10.322	44.667	-	108.225	163.214	87.511	635.062	722.573
<b>PRONAF:</b>	-	6.240	15.107	157.602	178.949	5.792	15.709	153.803	383.881	559.185	86.352	2.016.152	2.102.504
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	6.240	15.107	157.602	178.949	5.792	15.709	153.803	383.881	559.185	86.352	2.016.152	2.102.504
<b>FAT FOMENTAR:</b>	-	3.111	247	124.572	127.930	3.925	285	121.290	199.235	324.735	54.820	1.176.297	1.231.117
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	2.888	12	116.188	119.088	3.673	11	113.134	184.724	301.542	50.801	1.092.412	1.143.213
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	223	235	8.384	8.842	252	274	8.156	14.511	23.193	4.019	83.885	87.904
<b>Total</b>	-	19.562	59.957	282.174	361.693	20.039	60.661	275.093	691.341	1.047.134	228.683	3.827.511	4.056.194

### 12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	2024			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
<b>Saldo no início do exercício</b>	370.498.464	26.905.325	4.741.635	402.145.424
. Ingresso de recursos	28.361.807	-	-	28.361.807
. Variação cambial	-	7.806.400	-	7.806.400
. Provisão de juros	23.089.628	993.563	-	24.083.191
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	361.693	361.693
. Capitalização de juros	8.074.590	-	-	8.074.590
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(691.341)	(691.341)
. Pagamento de juros	(21.394.253)	(442.087)	(355.793)	(22.192.133)
. Transferência de Juros do Cambial	364.468	(364.468)	-	-
. Movimentação cambial	(3.609.818)	3.609.818	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	405.384.886	38.508.551	4.056.194	447.949.631

### 12.4. Análise da expectativa de pagamentos extraordinários ao FAT

O BNDES participa do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e monitora regularmente a projeção do saldo da Reserva Mínima de Liquidez (RML) do FAT, estimada para três exercícios a frente, com base no Boletim de Informações Financeiras do FAT, elaborado bimestralmente pela Coordenação Geral de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Caso seja detectado um eventual déficit considerando o cálculo estabelecido no parágrafo 4º do art.7º da Lei 8.019/90, incluído pela Lei nº 13.932 de 2019, o BNDES analisa a possibilidade de solicitação de pagamentos extraordinários ao FAT.

Tal análise considera o valor total de receitas do FAT, deduzidos: os repasses ao BNDES de que trata o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal, e os valores necessários para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, conforme previsto no Boletim de Informações Financeiras do FAT para essas arrecadações e dispêndios durante o exercício.

Caso o valor total de receitas do FAT seja insuficiente para o pagamento de suas despesas, deverá ser verificado se o FAT possui valores em suas disponibilidades para cobrir o eventual déficit. Caso contrário, o FAT deverá solicitar o pagamento de valores extraordinários ao BNDES. Nesse caso, o FAT notifica o BNDES por meio de Ofício, solicitando o pagamento extraordinário, limitado ao valor da devolução máxima, previsto no art. 5º da Resolução CODEFAT nº 885/2020.

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve pagamentos extraordinários ao FAT. Não se projeta até o final do exercício de 2025 a necessidade de pagamento extraordinário ao FAT Constitucional.

## 13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

<b>Títulos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.029.811	982.246
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	24.652.926	15.364.586
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	7.577.993	17.254.162
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	192.990	989.466
<b>Total</b>	<b>34.453.720</b>	<b>34.590.460</b>
Circulante	34.453.720	34.590.460
Não circulante	-	-

## 14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores abaixo referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização dos fundos, os quais ainda não foram aplicados. A atualização desses saldos varia de acordo com o regulamento de cada fundo.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fundo Amazônia (FA)	5.951.558	4.634.677
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.351.122	2.928.138
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.010.429	1.183.355
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC) <sup>(1)</sup>	13.772.287	2.724.064
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	1.087.161	630.925
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	336.165	303.262
Outros	93.056	50.719
<b>Total</b>	<b>25.601.778</b>	<b>12.455.140</b>
Circulante	23.354.891	11.182.170
Não circulante	2.246.887	1.272.970

<sup>(1)</sup> Em abril de 2024, o BNDES recebeu da União aporte de R\$ 10 bilhões no âmbito do FNMC.

Informações adicionais sobre os fundos podem ser verificadas por meio do seu site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais>,

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima> e

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-amazonia>.

## 15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS

	2024	2023
Debêntures	401.583	567.226
Letras de Crédito do Agronegócio	2.552.937	-
Letras de Crédito do Desenvolvimento	9.821.179	-
<b>Total</b>	<b>12.775.699</b>	<b>567.226</b>
Circulante	7.588.649	170.142
Não circulante	5.187.050	397.084

### 15.1. Emissões de debêntures

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	2024	2023
3ª emissão de debêntures simples do BNDES	-	-
1ª série	-	-
Principal corrigido (TR)	85.855	121.268
Juros provisionados (6% a.a.)	199	281
2ª série		
Principal corrigido (TR)	85.855	121.268
Juros provisionados (6% a.a.)	199	281
3ª série		
Principal corrigido (TR)	85.855	121.268
Juros provisionados (6% a.a.)	199	281
4ª série		
Principal corrigido (TR)	85.855	121.268
Juros provisionados (6% a.a.)	199	281
5ª série		
Principal corrigido (TR)	57.235	80.843
Juros provisionados (6% a.a.)	132	187
<b>Total</b>	<b>401.583</b>	<b>567.226</b>
Circulante	151.036	170.142
Não circulante	250.547	397.084

## 15.2. Letras de crédito do agronegócio (LCA)

No exercício de 2024, o BNDES emitiu Letras de Crédito do Agronegócio, com prazo de 1 ano, por meio de oferta privada.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	2024	2023
Valores de emissão (Principal)	2025	2.408.398	-
Juros provisionados		144.539	-
<b>Total</b>		<b>2.552.937</b>	<b>-</b>
Circulante		2.552.937	-
Não circulante		-	-

## 15.3. Letras de crédito do desenvolvimento (LCD)

A LCD foi instituída por meio da Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024. É um título de crédito de emissão exclusiva por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pelo BNDES. Tem como objetivo ampliar os mecanismos utilizados por estes bancos para financiar projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Em dezembro de 2024, por meio de oferta privada, o BNDES realizou suas primeiras emissões, no valor total de R\$ 9,075 bilhões, com prazos de até 5 anos e taxa de juros pós fixada referenciada a taxa DI. O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	2024	2023
Valores de emissão (Principal)	2025	4.849.937	-
	2026	74.805	-
	2027	199.609	-
	2028	209.428	-
	2029	4.419.437	-
Juros provisionados		67.963	-
<b>Total</b>		<b>9.821.179</b>	<b>-</b>
Circulante		4.884.676	-
Não circulante		4.936.503	-

## 16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2024	2023
Obrigações por depósitos a apropriar	2.175.547	326.909
Vinculadas ao Tesouro Nacional	31.614	27.198
Aquisição a prazo de TVM	-	5.721
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (Nota Explicativa n.º 21.5)	6.267.069	9.723.880
Operações financeiras a liquidar	73.172	-
Compromissos de crédito a liberar - provisão	318.840	163.830
Garantias financeiras prestadas - provisão	3.100	14.793
Rendas antecipadas - garantias prestadas	16.509	25.693
Outras	415.478	16.659
<b>Total</b>	<b>9.301.329</b>	<b>10.304.683</b>
Circulante	8.908.422	10.063.016
Não circulante	392.907	241.667

### 16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	2024	2023
Acordo Bacia do Rio Doce	1.906.772	-
Depósitos para liquidação de operações de crédito	104.539	139.115
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	52.401	45.978
Outros	111.835	141.816
<b>Total</b>	<b>2.175.547</b>	<b>326.909</b>
Circulante	2.175.547	326.909
Não circulante	-	-

#### Acordo Bacia do Rio Doce

Refere-se ao valor inicial recebido pelo BNDES do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos serão destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Os recursos ficarão sob gestão da União Federal e serão depositados em um fundo privado, denominado “Fundo Rio Doce”. O Fundo Rio Doce será instituído pelo BNDES, sendo sua regulamentação definida por Decreto do Presidente da República.

### 16.2. Operações de arrendamento mercantil

Apresentamos abaixo a movimentação no exercício, dos ativos de direito de uso dos imóveis, equipamentos e veículos, e as correspondentes obrigações.

#### a) Ativos de Direito de uso

	2024		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>40.776</b>	<b>761</b>	<b>41.537</b>
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Depreciação	(6.102)	(285)	(6.387)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>44.059</b>	<b>523</b>	<b>44.582</b>

  

	2023		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>42.381</b>	<b>1.030</b>	<b>43.411</b>
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	2.270	-	2.270
Depreciação	(3.875)	(269)	(4.144)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>40.776</b>	<b>761</b>	<b>41.537</b>

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial.

Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos.

## b) Arrendamentos a pagar

	2024		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>49.880</b>	<b>854</b>	<b>50.734</b>
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Juros Apropriados	5.129	90	5.219
Pagamentos	(9.922)	(364)	(10.286)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>54.472</b>	<b>627</b>	<b>55.099</b>
Circulante			9.223
Não circulante			45.876

	2023		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>50.581</b>	<b>1.087</b>	<b>51.668</b>
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	2.122	-	2.122
Juros Apropriados	4.489	112	4.601
Pagamentos	(7.312)	(345)	(7.657)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>49.880</b>	<b>854</b>	<b>50.734</b>
Circulante			6.855
Não circulante			43.879

## 16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	2024	2023	2024	2023
Outros Avals	33.116	49.995	417	423
Outras Fianças Bancárias	394.156	457.505	2.683	14.364
<b>Total</b>	<b>427.272</b>	<b>507.500</b>	<b>3.100</b>	<b>14.787</b>

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

### Movimentação da provisão para garantias prestadas

	2024	2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>14.787</b>	<b>4.981</b>
Constituição (Reversão)	(11.687)	9.806
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.100</b>	<b>14.787</b>

## 16.4. Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Contribuição para o PIS/PASEP <sup>(1)</sup>	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS <sup>(1)</sup>	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

<sup>(1)</sup> Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 32.14.

### 17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2024	2023
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>25.725.029</b>	<b>24.158.732</b>
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(11.576.264)	(10.871.429)
<b>Ajustes</b>	<b>9.321.020</b>	<b>6.920.957</b>
• Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos <sup>(1)</sup>	361.753	(538.363)
• Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	3.025.061	2.373.748
• Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	1.200.523	780.044
• Juros sobre capital próprio	4.016.748	3.820.820
• Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	162.247	161.108
• Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(32.619)	(28.159)
• Outras diferenças permanentes	587.307	351.759
<b>Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE</b>	<b>(2.255.244)</b>	<b>(3.950.472)</b>
• Tributos Correntes	(4.916.973)	(3.257.404)
• Tributos Diferidos	2.661.729	(693.068)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>8,77%</b>	<b>16,35%</b>

<sup>(1)</sup> Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

### IRPJ e CSLL Devido

	2024	2023
Tributos correntes reconhecidos no resultado	4.916.973	3.257.404
Tributos correntes reconhecidos no Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup>	54.661	132.687
<b>Total tributos correntes</b>	<b>4.971.634</b>	<b>3.390.091</b>
Ajustes de exercícios anteriores	(186)	(11.155)
<b>Tributos correntes devidos no exercício</b>	<b>4.971.448</b>	<b>3.378.936</b>
(-) Antecipações	(2.741.689)	(2.116.612)
<b>Obrigações fiscais correntes</b>	<b>2.229.759</b>	<b>1.262.324</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.



## 17.2. Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas

a) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas, por natureza e origem:

Ativo	2023	Constituição	Realização	2024	Fundamento para realização
<b>Contrapartida no resultado:</b>					
Provisão para perdas de crédito	4.093.316	4.643.648	(3.375.895)	5.361.069	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.504.509	439.462	(32.877)	4.911.094	Alienação de títulos
Ajuste a Valor Justo de Instrumentos financeiros	-	933.447	-	933.447	Alienação de títulos
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	929.707	91.515	(369.944)	651.278	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	120.471	137.448	(122.483)	135.436	Pagamento
Ágio amortizado	92.870	5.934	(10.492)	88.312	Alienação de títulos
Outros	506.101	174.633	(702)	680.032	
<b>Subtotal</b>	<b>10.246.974</b>	<b>6.426.087</b>	<b>(3.912.393)</b>	<b>12.760.668</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	502.387	-	-	502.387	Alienação de títulos
Perda atuarial – PAS	35.209	25.948	(60.658)	499	Pagamento das despesas médicas
<b>Subtotal</b>	<b>537.596</b>	<b>25.948</b>	<b>(60.658)</b>	<b>502.886</b>	
<b>Total dos Ativos fiscais diferidos</b>	<b>10.784.570</b>	<b>6.452.035</b>	<b>(3.973.051)</b>	<b>13.263.554</b>	

Passivo	2023	Constituição	Realização	2024	Fundamento para realização
<b>Contrapartida no resultado:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(4.337.727)	(2.249.449)	1.890.259	(4.696.917)	Recebimento ou efetivação da perda
Outros	(12.590)	-	2.638	(9.952)	
<b>Subtotal</b>	<b>(4.350.317)</b>	<b>(2.249.449)</b>	<b>1.892.897</b>	<b>(4.706.869)</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(13.664.970)	(1.067.067)	760.206	(13.971.831)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – PAS	(369.699)	(550.377)	-	(920.076)	
<b>Subtotal</b>	<b>(14.034.669)</b>	<b>(1.617.444)</b>	<b>760.206</b>	<b>(14.891.907)</b>	
<b>Total das Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(18.384.986)</b>	<b>(3.866.893)</b>	<b>2.653.103</b>	<b>(19.598.776)</b>	

b) Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas:

	2023	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2024
Ativos fiscais diferidos	10.784.570	2.513.694	(34.710)	13.263.554
Obrigações fiscais diferidas	(18.384.986)	(356.552)	(857.238)	(19.598.776)
<b>Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas</b>	<b>(7.600.416)</b>	<b>2.157.142</b>	<b>(891.948)</b>	<b>(6.335.222)</b>

	2022	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2023
Ativos fiscais diferidos	10.802.668	253.463	(271.561)	10.784.570
Obrigações fiscais diferidas	(10.881.130)	(451.184)	(7.052.672)	(18.384.986)
<b>Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas</b>	<b>(78.462)</b>	<b>(197.721)</b>	<b>(7.324.233)</b>	<b>(7.600.416)</b>

c) Expectativa de realização dos ativos e obrigações diferidas:

	2024				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2024	1.540.176	11,6%	(2.772.578)	14,1%	(1.232.402)
2025	2.820.690	21,3%	(1.491.812)	7,6%	1.328.878
2026	2.071.251	15,6%	(1.578.642)	8,1%	492.609
2027	1.545.724	11,7%	(1.454.843)	7,4%	90.881
2028	984.104	7,4%	(1.469.129)	7,5%	(485.025)
2029 a 2033	4.301.609	32,4%	(9.544.403)	48,7%	(5.242.794)
Após 2033	-	0,0%	(1.287.369)	6,6%	(1.287.369)
<b>Total</b>	<b>13.263.554</b>	<b>100,0%</b>	<b>(19.598.776)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(6.335.222)</b>

	2023				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2023	948.022	8,8%	(2.979.811)	16,2%	(2.031.789)
2024	3.041.975	28,2%	(4.031.953)	21,9%	(989.978)
2025	1.767.056	16,4%	(3.998.155)	21,7%	(2.231.099)
2026	2.026.172	18,8%	(3.686.267)	20,1%	(1.660.095)
2027	1.164.737	10,8%	(922.888)	5,0%	241.849
2028 a 2032	1.836.608	17,0%	(1.746.833)	9,5%	89.775
Após 2032	-	-	(1.019.079)	5,6%	(1.019.079)
<b>Total</b>	<b>10.784.570</b>	<b>100,0%</b>	<b>(18.384.986)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(7.600.416)</b>

### 17.3. Ativos fiscais correntes

	2024	2023
IRPJ/CSLL a compensar	727.768	1.322.350
Imposto de renda retido na fonte	260.559	248.153
Outros	9.108	8.773
<b>Total</b>	<b>997.435</b>	<b>1.579.276</b>
Circulante	997.435	1.579.276

## 18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 32.12.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	2024	2023
Trabalhistas	189.450	171.071
Cíveis	1.522.045	2.434.013
Fiscais	74.897	11.224
<b>Total</b>	<b>1.786.392</b>	<b>2.616.308</b>
Circulante	-	205
Não circulante	1.786.392	2.616.103

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	2024			2023		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	-	-	132	73	-
Entre 1 e 2 anos	61.863	2.254	-	66.828	2.047	-
Entre 2 e 3 anos	77.689	302.441	7.610	62.599	1.214.184	7.351
Entre 3 e 5 anos	48.265	1.211.529	-	39.988	1.212.464	3.873
Entre 5 e 10 anos	1.633	5.821	-	1.524	5.245	-
Após 10 anos	-	-	67.287	-	-	-
<b>Total</b>	<b>189.450</b>	<b>1.522.045</b>	<b>74.897</b>	<b>171.071</b>	<b>2.434.013</b>	<b>11.224</b>

O efeito no resultado dessas provisões está resumido no quadro abaixo:

	2024	2023
Constituições de provisões	(312.989)	(276.351)
Reversões de provisões	470.552	12.825
<b>Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais</b>	<b>157.563</b>	<b>(263.526)</b>

### a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 158 processos judiciais (172 em 31 de dezembro de 2023), referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	171.071	117.399
Pagamentos	(13.963)	(2.777)
Constituições	46.168	60.395
Reversões	(13.826)	(3.946)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>189.450</b>	<b>171.071</b>

Em 31 de dezembro de 2024, havia 18 processos judiciais em andamento (12 em 31 de dezembro de 2023), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 65.943 (R\$ 3.748 em 31 de dezembro de 2023).

## b) Provisões cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 31 processos (35 em 31 de dezembro de 2023), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis nos exercícios:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	2.434.013	2.231.123
Pagamentos	(657.050)	-
Constituições	181.035	211.764
Reversões	(435.953)	(8.874)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.522.045</b>	<b>2.434.013</b>

No quarto trimestre de 2024, houve o pagamento de um processo cível, classificado como provável na subsidiária BNDESPAR, no valor de R\$ 656.848, com reversão de R\$ 318.145.

Em 31 de dezembro de 2024, havia 39 processos judiciais em andamento (44 em 31 de dezembro de 2023), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 101.904 (R\$ 4.562.894 em 31 de dezembro de 2023).

A variação dos valores classificados como possíveis no exercício de 2023, e, posteriormente, no primeiro trimestre de 2024, foi basicamente decorrente de 2 ações referentes a processos de desestatização de empresas estaduais, ajuizadas contra a União em anos anteriores. Em outubro de 2023, houve uma decisão do STF sobre uma dessas ações, o que ensejou a atribuição pelo BNDES de um possível risco contingenciável em ambas as ações. Em fevereiro de 2024, o Plenário do STF acolheu os embargos de declaração do BNDES para afirmar a ilegitimidade passiva do Banco no referido processo de outubro de 2023. Com isso, tais ações foram reclassificadas de possível para remota, reduzindo o montante de perdas possíveis.

## c) Provisões fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos (2 em 31 de dezembro de 2023), referente a compensação de créditos fiscais.

Movimentação das provisões fiscais nos exercícios:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	11.224	7.037
Pagamentos	(1.340)	-
Constituições	85.786	4.192
Reversões	(20.773)	(5)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>74.897</b>	<b>11.224</b>

Em 31 de dezembro de 2024, havia 4 processos judiciais em andamento (8 em 31 de dezembro de 2023) classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.242.129 (R\$ 1.480.177 em 31 de dezembro de 2023).

## 19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 32.13.

### 19.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	2024	2023
Passivo atuarial – PBB	1.623.958	2.564.839
Passivo atuarial – PAS	2.860.695	3.782.754
<b>Total</b>	<b>4.484.653</b>	<b>6.347.593</b>
<b>Circulante</b>	<b>683.918</b>	<b>598.521</b>
Passivo atuarial – PBB	572.434	486.495
Passivo atuarial – PAS	111.484	112.026
<b>Não circulante</b>	<b>3.800.735</b>	<b>5.749.072</b>
Passivo atuarial – PBB	1.051.524	2.078.344
Passivo atuarial – PAS	2.749.211	3.670.728

#### 19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

##### 19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2024 e atualizada até 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Valor presente da obrigação atuarial	18.080.419	20.385.285
Valor justo dos ativos do plano	(14.832.503)	(15.255.607)
<b>Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos</b>	<b>3.247.916</b>	<b>5.129.678</b>
Efeito do compartilhamento de risco	(1.623.958)	(2.564.839)
<b>Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador</b>	<b>1.623.958</b>	<b>2.564.839</b>

O BNDES adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano de benefício previdencial.

## Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2024	2023
<b>Valor presente no início do exercício</b>	<b>20.385.285</b>	<b>17.396.157</b>
Custo do serviço corrente	566.553	493.954
Custo de juros	2.070.414	1.959.111
Contribuição dos participantes do plano	144.930	129.639
Benefícios pagos	(969.139)	(931.816)
Perdas (ganhos) atuariais	(4.117.624)	1.590.545
Mudança de premissas (crescimento salarial)	40.991	290.523
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(3.654.082)	1.774.498
Mudança de premissas (reajuste salarial)	758.753	905.713
Ajuste de experiência	(1.263.286)	(1.380.189)
Mudança de critério (benefício) <sup>(1)</sup>	-	(252.305)
<b>Valor presente no final do exercício</b>	<b>18.080.419</b>	<b>20.385.285</b>

<sup>(1)</sup> Base de cálculo para novos benefícios foi alterada da média aritmética simples dos últimos 12 para 36 salários-de-participação, em adequação à Resolução CGPAR nº 37/2022, exceto para benefícios já concedidos e os participantes elegíveis até 16/11/2022.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	2024	2023
<b>Valor justo no início do exercício</b>	<b>15.255.607</b>	<b>14.259.601</b>
Receita de juros	1.510.256	1.569.633
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(1.371.784)	(17.611)
Contribuições recebidas do empregador <sup>(1)</sup>	262.633	246.161
Contribuições recebidas dos participantes	144.930	129.639
Benefícios pagos	(969.139)	(931.816)
Benefícios brutos	(1.100.848)	(1.058.702)
Contribuições descontadas dos assistidos <sup>(2)</sup>	131.709	126.886
<b>Valor justo no final do exercício</b>	<b>14.832.503</b>	<b>15.255.607</b>

<sup>(1)</sup> Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contratos de dívida (cujas amortizações estão, por ora, suspensas).

<sup>(2)</sup> Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 276.639.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 271.826.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,08 anos em 31 de dezembro de 2024 (16,13 anos em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.313.608	1.322.243	1.337.871	2.712.611	7.076.047	64.864.695	<b>78.627.075</b>

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2023 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.232.320	1.253.993	1.262.228	2.564.829	6.647.369	62.407.599	<b>75.368.338</b>

## Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	2024	2023
Custo do serviço corrente (patronal)	(283.276)	(246.977)
Custo líquido dos juros	(267.577)	(181.911)
Custo de serviço passado	-	252.305
<b>Subtotal</b>	<b>(550.853)</b>	<b>(176.583)</b>
Contribuições recebidas do empregador	262.633	246.161
<b>Total</b>	<b>(288.220)</b>	<b>69.578</b>

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	2024	2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	2.513.311	3.579.450
Ganhos (Perdas) atuariais	4.117.624	(1.590.545)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(1.371.784)	(17.611)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.259.151</b>	<b>1.971.294</b>
Efeito do compartilhamento de risco <sup>(1)</sup>	(1.516.740)	542.617
<b>Saldo no final do exercício (com compartilhamento de risco)</b>	<b>3.742.411</b>	<b>2.513.311</b>

<sup>(1)</sup> Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/12/2024				31/12/2023			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Fundos de investimento	-	13.171.047	464.271	13.635.318	72.616	13.223.364	454.392	13.750.372
Multimercado	-	13.171.047	-	13.171.047	-	13.223.364	-	13.223.364
Participações	-	-	464.271	464.271	-	-	454.392	454.392
Fundos imobiliários	-	-	-	-	72.616	-	-	72.616
Recursos a receber – Precatórios - OFND <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	323.613	323.613
Imóveis <sup>(2)</sup>	-	-	864.968	864.968	-	-	850.358	850.358
Locados a terceiros	-	-	820.967	820.967	-	-	806.688	806.688
Locados aos patrocinadores	-	-	44.001	44.001	-	-	43.670	43.670
Empréstimos e financiamentos	-	-	476.574	476.574	-	-	458.160	458.160
<b>Subtotal</b>	-	<b>13.171.047</b>	<b>1.805.813</b>	<b>14.976.860</b>	<b>72.616</b>	<b>13.223.364</b>	<b>2.086.523</b>	<b>15.382.503</b>
Outros ativos não avaliados a valor justo <sup>(3)</sup>				99.495				105.212
Outras deduções <sup>(4)</sup>				(330.889)				(318.519)
<b>Total em 30/11/2024 e 30/11/2023</b>				<b>14.745.466</b>				<b>15.169.196</b>
Atualização de data-base <sup>(5)</sup>				87.037				86.411
<b>Total</b>				<b>14.832.503</b>				<b>15.255.607</b>

<sup>(1)</sup> Recursos a receber oriundos de acordo com a União, encerrando ação judicial coletiva movida pela Abrapp com início em 1991, reconhecendo o direito das entidades fechadas de previdência complementar em receber a correção monetária das aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) realizadas nos anos 80. Esses recursos foram recebidos em julho de 2024.

<sup>(2)</sup> O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 4.647 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2023).

<sup>(3)</sup> Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

<sup>(4)</sup> Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

<sup>(5)</sup> Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2024 para 31/12/2024. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2024.

## Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2024, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 0,5% a.a.	(929.785)	-5,14%
Redução de 0,5% a.a.	1.024.488	5,67%
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(1.776.262)	-9,82%
Redução de 1% a.a.	2.157.042	11,93%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	326.722	1,81%
Redução de 1 ano na idade	(337.402)	-1,87%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	518.067	2,87%
Redução de 1% a.a.	(463.176)	-2,56%

## Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2024	2023
Contratos de 2002 <sup>(1)</sup>	1.579.178	1.456.497
Contratos de 2004 <sup>(2)</sup>	116.631	107.935
<b>Total</b>	<b>1.695.809</b>	<b>1.564.432</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

<sup>(2)</sup> Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU – Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos contratos de confissão de dívida (CCD) de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, que foi denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade. Também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 29ª Vara Federal/RJ. Em 16/08/2023, por meio do Acórdão n. 1703/2023-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas: (i) considerou irregulares os recursos pagos pelo BNDES no âmbito dos CCDs celebrados em 2002 e 2004; (ii) determinou a suspensão definitiva dos pagamentos dos referidos contratos; e (iii) encaminhou a matéria para a adoção de procedimento de solução consensual, considerando a necessidade de se obter a devolução do maior montante possível dos recursos aportados, a possibilidade de contribuição adicional dos beneficiários e assistidos em limites suportáveis e a sustentabilidade financeira do plano de benefícios.

Em decorrência do Acórdão, foi aberto o processo TC 033.134/2023-5, em 12/09/2023, a fim de encaminhar solução consensual envolvendo a devolução dos valores dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, bem como dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010 (cujo acompanhamento de devolução consta do TC 011.488-2020-4), não paritários realizados pelas empresas do Sistema BNDES no PBB (gerenciado pela FAPES), considerados irregulares pelo TCU. Em 18/09/2024, foi aprovada pelo Plenário a proposta do acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU que encerra quase 10 (dez) anos de controvérsias administrativas, inclusive os referidos processos TC 029.845/2016-5 e TC 011.488/2020-4, e ações judiciais entre as partes. O Acordo prevê, resumidamente: (i) a



extinção das ações judiciais e do contas a pagar dos contratos de dívidas de 2002 e 2004; bem como (ii) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (iii) a devolução ao BNDES, em até 6 (seis) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício. Tal acordo encontra-se em fase de homologação judicial.

### Considerações adicionais

#### (a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo estava em fase de produção de prova pericial. Em 29/01/2024, o processo foi suspenso por 180 dias, tendo em vista as tratativas entre as partes para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 18/09/2024, foi aprovado pelo Plenário do TCU o acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU. O Acordo prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 08/01/2025 foi protocolada petição conjunta, pela FAPES e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação. Em 31/01/2025, foi proferida sentença de homologação do Acordo nos autos nº 5096101-44.2020.4.02.8101, com a consequente extinção do referido processo com resolução do mérito. Cabe ressaltar que ainda existem processos ativos aguardando a sentença homologatória do Acordo.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

## (b) Plano de ação para devolução dos valores aportados no PBB em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 28/10/2022, foi proferida sentença de primeira instância tendo sido rejeitado o pedido da ação proposta pela FAPES contra o BNDES e União e acolhido o pedido do BNDES e União para condenar a FAPES na devolução de todos os 3 (três) aportes unilateralmente perpetrados pelo BNDES, BNDESPAR e a FINAME, no valor de R\$ 395,2 milhões (junho de 2009), R\$ 11,5 milhões (julho de 2010), e R\$ 40,9 milhões (agosto de 2010), de forma proporcional ao que foi desembolsado por cada empresa, corrigidos da data de sua realização até o efetivo pagamento pela rentabilidade da reconvinada (FAPES). Em 14/11/2022, a FAPES interpôs recurso de Embargos de Declaração. Embargos de Declaração não acolhidos. Em 27/02/2023, sentença confirmada em instância. Em 30/03/2023, FAPES interpôs recurso de apelação. BNDES/FINAME/BNDESPAR apresentaram contrarrazões. Em 15/06/2023, os autos foram remetidos à segunda instância (TRF2). Em 10/08/2023, manifestação do MPF (Parecer) pelo conhecimento e não provimento da apelação da FAPES. Em 12/01/2024, as partes peticionaram em conjunto requerendo a suspensão do feito, tendo em vista suas tratativas para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 18/09/2024, foi aprovado pelo Plenário do TCU o acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU. O Acordo prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 08/01/2025 foi protocolada petição conjunta, pela FAPES e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, sendo assim, não contabilizado.

### 19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Entre essa data e 31/12/2024, houve 53 adesões. O plano foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos. Em 2024, foram aportados R\$ 1.679 no PBCD, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no Plano CD (incluindo os repasses de competência dezembro de 2024), acumulando patrimônio de cobertura do plano de pouco mais de R\$ 5,8 milhões (considerando a referência do último balancete disponível, de novembro de 2024).

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: (1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; (2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou (3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e

anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta – ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo aos Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

### 19.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2024	2023
Valor presente das obrigações não fundeadas	2.860.695	3.782.754
<b>Passivo líquido</b>	<b>2.860.695</b>	<b>3.782.754</b>

A movimentação no saldo da obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	3.782.754	3.333.987
Custo do serviço corrente	126.887	116.080
Custo de juros da obrigação	389.850	384.302
Benefícios pagos	(154.439)	(136.763)
Perdas (Ganhos) atuariais	(1.284.357)	85.148
Mudança de premissas de custos (VCMH) <sup>(1)</sup>	(11.853)	(963.110)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(734.705)	412.504
Ajuste de experiência	(537.799)	635.754
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.860.695</b>	<b>3.782.754</b>

<sup>(1)</sup> Em dezembro de 2023, foi adotada nova metodologia para cálculo da variação dos custos médico-hospitalares (VCMH) do PAS, com base no histórico das despesas incorridas pelo próprio plano de saúde. A partir do encerramento de exercício de 2023, apurando-se a variação das despesas anuais médias do PAS de 2015 a 2022, a VCMH foi alterada de 5% a.a. para 3,66% a.a. A partir da avaliação de final de 2024, considerando-se a variação das despesas de 2015 a 2023, a VCMH passou para 3,63% a.a.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

### Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2024	2023
Custo do serviço corrente	(126.887)	(116.080)
Custo dos juros da obrigação	(389.850)	(384.302)
<b>Subtotal</b>	<b>(516.737)</b>	<b>(500.382)</b>
Benefícios pagos	154.439	136.763
<b>Total</b>	<b>(362.298)</b>	<b>(363.619)</b>

Os valores brutos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

<b>Outros resultados abrangentes – PL</b>	2024	2023
Saldo do início do exercício	640.079	725.227
Ganhos (Perdas) atuariais	1.284.357	(85.148)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.924.436</b>	<b>640.079</b>

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 138.827.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,88 anos em 31 de dezembro de 2024 (20,60 anos em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	138.827	147.621	153.018	328.063	941.181	16.303.122	<b>18.011.832</b>

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2023 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	142.875	151.826	158.217	337.476	972.136	17.564.955	19.327.485

## Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2024, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 0,5% a.a.	(180.243)	-6,30%
Redução de 0,5% a.a.	201.897	7,06%
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(341.734)	-11,95%
Redução de 1% a.a.	428.898	14,99%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	83.732	2,93%
Redução de 1 ano na idade	(84.519)	-2,95%
<b>Taxa de variação dos custos médicos</b>		
Aumento de 1% a.a.	440.256	15,39%
Redução de 1% a.a.	(354.968)	-12,41%

## 19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2024	2023
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,42% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,16% a.a.	3,08% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	2,92% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,77% a.a.	6,61% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,44% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,84% a.a.	9,11% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,84% a.a.	9,11% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,63% a.a.	3,66% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,26% a.a.	7,21% a.a.

Para a data-base de 31/12/2024, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,09% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/12/2024, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.906 dias úteis (15,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,33% a.a. em 31/12/2024, representando aumento de 0,24 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2023, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,50% a.a., correspondente à taxa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/12/2023, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 4.158 dias úteis (16,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial anterior. O mesmo vértice registrou taxa de 5,43% a.a. em 29/12/2023, representando redução de 0,07 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

#### 19.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		2024		2023	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	25.365	56	20.631	100
	Quantidade	18	3	19	6
Classificação: Possível	Valor	29.130	344	27.238	320
	Quantidade	58	10	57	7

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 25.365 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 56 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 29.130 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 344 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

#### 19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	2024	2023
Vale transporte	78	83
Vale-refeição	80.324	72.783
Assistência Educacional	37.379	34.875
<b>Total</b>	<b>117.781</b>	<b>107.741</b>

### 20. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Provisão de desembolso - Fundo Social	601.774	510.013
Provisão de desembolso - FUNTEC	113.194	127.929
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	17.116	7.166
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	327.753	289.266
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	5.865	3.884
Obrigações trabalhistas (pessoal)	473.998	449.339
Outras	60.308	62.659
<b>Total</b>	<b>1.600.008</b>	<b>1.450.256</b>
Circulante	1.596.303	1.447.996
Não circulante	3.705	2.260

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 150.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 26 de agosto de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do BNDES aprovou a alteração do limite do capital autorizado do Banco de R\$ 100.000.000 para R\$ 150.000.000, após autorização do BACEN, vide Nota Explicativa n. 29.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 29 de abril de 2022, aprovou o aumento de capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 12.946.254, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2021, sem emissão de novas ações. O BACEN autorizou o aumento de capital em maio de 2023, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, passando o capital a ser de R\$ 74.788.402. E a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2023, aprovou novo aumento capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 15.862.358, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2022, sem emissão de novas ações. Após autorização pelo BACEN, em agosto de 2023, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, o capital passou a ser de R\$ 90.650.760.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 25 de abril de 2024, aprovou um aumento do capital social, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 8.323.174, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2023, sem emissão de novas ações. Assim, o capital passou a ser de R\$ 98.973.934.

### 21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de dezembro de 2024 havia um contrato de dívida celebrado com a União que compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021:

- Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		2023	Amortização	2024	2023	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	2024
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	327.580	360.547	(340.111)	348.016
Circulante					327.580			348.016
Não circulante					-			-

## 21.3. Reservas de lucros

A composição do saldo de Reservas de lucros é apresentada a seguir:

	2024	2023
Reserva legal	11.939.378	10.619.995
Reserva para futuro aumento de capital	10.027.309	8.323.174
Reservas de equalização de dividendos	16.095.676	23.713.901
Incentivos fiscais	201.355	201.355
<b>Total</b>	<b>38.263.718</b>	<b>42.858.425</b>

## 21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	2024	2023
<b>Ativos próprios</b>		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	25.543.267	23.584.426
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	4.747.270	2.818.901
<b>Subtotal</b>	<b>30.290.537</b>	<b>26.403.327</b>
<b>Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda</b>		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(197.823)	(183.043)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	631.745	502.320
<b>Subtotal</b>	<b>433.922</b>	<b>319.277</b>
<b>Total</b>	<b>30.724.459</b>	<b>26.722.604</b>



## 21.5. Destinação do resultado e distribuição dos lucros

### Destinação do Resultado

	2024	2023
Resultado do exercício	26.387.656	21.903.089
Valores destinados	26.387.656	21.903.089
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% <sup>(1)</sup>	1.319.383	1.095.154
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25%	6.267.069	5.201.984
Reserva para futuro aumento de capital	10.027.309	8.323.174
Reserva para equalização de dividendos	8.773.895	7.282.777

<sup>(1)</sup> Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

### Pagamento de dividendos

Durante os exercícios de 2024 e 2023, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

2024					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago <sup>(1)</sup>	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) <sup>(2)</sup>	2022	4.000.000	4.688.794	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos propostos	2023	711.272	737.577	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos na forma de JCP propostos	2023	4.490.712	4.656.787	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos complementares	2022	6.240.910	7.811.286	27/12/2024	Dinheiro
Dividendos complementares na forma de JCP	2022	2.868.433	3.590.206	27/12/2024	Dinheiro
Dividendos complementares na forma de JCP	2023	5.276.120	5.793.534	29/11/2024	Dinheiro
Dividendos complementares	2023	2.006.657	2.221.865	27/12/2024	Dinheiro
<b>Total</b>		<b>25.594.104</b>	<b>29.500.049</b>		

2023					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago <sup>(1)</sup>	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos na forma de JCP propostos	2022	3.201.742	3.366.799	26/05/2023	Dinheiro
Dividendos propostos	2022	6.712.232	7.058.262	26/05/2023	Dinheiro
<b>Total</b>		<b>9.913.974</b>	<b>10.425.061</b>		

<sup>(1)</sup> Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento. A despesa com a atualização está apresentada na rubrica "Atualização monetária líquida de ativos e passivos" da demonstração do resultado.

<sup>(2)</sup> O valor atualizado em 2023 era de R\$ 4.521.896.

### Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Os saldos apresentados no quadro abaixo, incluem atualização monetária pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até os períodos reportados.

	Ano Base	2024	2023
Dividendos propostos	2024	5.485.517	-
Juros sobre o capital próprio (JCP) propostos	2024	781.552	-
Juros sobre o capital próprio (JCP) complementar <sup>(1)</sup>	2022	-	4.521.896
Dividendo proposto	2023	-	711.272
Juros sobre o capital próprio (JCP) propostos	2023	-	4.490.712
<b>Total</b>		<b>6.267.069</b>	<b>9.723.880</b>
Circulante		6.267.069	9.723.880
Não circulante		-	-

<sup>(1)</sup> Em dezembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho Administrativo do BNDES a destinação de R\$ 4 bilhões na forma de juros sobre o capital próprio, utilizando a reserva de equalização de dividendos de 2022.



## 22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	2024						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	47.679.846	11.739.360	(54.466)	-	-	184.495	59.549.235
Operações de crédito	27.842.348	8.726.942	(54.466)	-	-	184.495	36.699.319
Repasses Interfinanceiros	16.334.712	22.233	-	-	-	-	16.356.945
Venda a prazo de TVM	5.976	2.990.185	-	-	-	-	2.996.161
Direitos recebíveis	213.787	-	-	-	-	-	213.787
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.283.023	-	-	-	-	-	3.283.023
Resultado com títulos e valores mobiliários	18.121.514	1.414.432	(3.405.478)	(518.622)	-	(2.020.408)	13.591.438
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	3.950.043	-	-	-	-	(2.020.408)	1.929.635
Títulos federais	10.090.864	-	(3.396.668)	(518.552)	-	-	6.175.644
Debêntures	3.578.283	-	(8.810)	(70)	-	-	3.569.403
Fundos mútuos de investimento	5.490	-	-	-	-	-	5.490
Títulos de renda fixa no exterior	496.834	1.414.432	-	-	-	-	1.911.266
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	948.165	948.165
<b>Total</b>	<b>65.801.360</b>	<b>13.153.792</b>	<b>(3.459.944)</b>	<b>(518.622)</b>	<b>-</b>	<b>(887.748)</b>	<b>74.088.838</b>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(41.595.588)	(15.237.384)	-	-	-	-	(56.832.972)
Depósitos interfinanceiros	(67.588)	-	-	-	-	-	(67.588)
Depósitos especiais	(361.695)	-	-	-	-	-	(361.695)
Operações compromissadas	(3.672.464)	-	-	-	-	-	(3.672.464)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(246.923)	-	-	-	-	-	(246.923)
Obrigações por empréstimos e repasses	(5.074.543)	(7.430.985)	-	-	-	-	(12.505.528)
Dívida subordinada	(32.157.783)	(7.806.399)	-	-	-	-	(39.964.182)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(14.592)	-	-	-	-	-	(14.592)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	8.343.906	-	-	-	8.343.906
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(2.194.002)	-	(2.194.002)
Resultado da carteira de câmbio	-	314.971	-	-	-	-	314.971
<b>Total</b>	<b>(41.595.588)</b>	<b>(14.922.413)</b>	<b>8.343.906</b>	<b>-</b>	<b>(2.194.002)</b>	<b>-</b>	<b>(50.368.097)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>24.205.772</b>	<b>(1.768.621)</b>	<b>4.883.962</b>	<b>(518.622)</b>	<b>(2.194.002)</b>	<b>(887.748)</b>	<b>23.720.741</b>

	2023						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	45.087.395	(2.385.421)	-	-	-	158.906	42.860.880
Operações de crédito	26.177.709	(2.149.353)	-	-	-	158.906	24.187.262
Repasses Interfinanceiros	15.498.223	(228.458)	-	-	-	-	15.269.765
Venda a prazo de TVM	4.855	(7.610)	-	-	-	-	(2.755)
Direitos recebíveis	160.764	-	-	-	-	-	160.764
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.245.844	-	-	-	-	-	3.245.844
Resultado com títulos e valores mobiliários	15.082.952	(404.622)	1.203.784	110.729	-	-	15.992.843
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	4.434.588	-	-	-	-	-	4.434.588
Títulos federais	8.242.740	-	1.211.529	123.024	-	-	9.577.293
Debêntures	1.788.891	-	(7.745)	(12.324)	-	-	1.768.822
Fundos mútuos de investimento	234	-	-	-	-	-	234
Títulos de renda fixa no exterior	616.499	(404.622)	-	29	-	-	211.906
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	967.397	967.397
<b>Total</b>	<b>60.170.347</b>	<b>(2.790.043)</b>	<b>1.203.784</b>	<b>110.729</b>	<b>-</b>	<b>1.126.303</b>	<b>59.821.120</b>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(38.974.923)	4.174.181	-	-	-	-	(34.800.742)
Depósitos interfinanceiros	(78.434)	-	-	-	-	-	(78.434)
Depósitos especiais	(414.847)	-	-	-	-	-	(414.847)
Operações compromissadas	(5.035.131)	-	-	-	-	-	(5.035.131)
Obrigações por emissão de debêntures	(49.443)	-	-	-	-	-	(49.443)
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.317.718)	2.296.636	-	-	-	-	(2.021.082)
Dívidas subordinadas	(29.000.697)	1.877.545	-	-	-	-	(27.123.152)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(78.653)	-	-	-	-	-	(78.653)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(4.736.053)	-	-	-	(4.736.053)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	501.948	-	501.948
Resultado da carteira de câmbio	-	55.557	-	-	-	-	55.557
<b>Total</b>	<b>(38.974.923)</b>	<b>4.229.738</b>	<b>(4.736.053)</b>	<b>-</b>	<b>501.948</b>	<b>-</b>	<b>(38.979.290)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>21.195.424</b>	<b>1.439.695</b>	<b>(3.532.269)</b>	<b>110.729</b>	<b>501.948</b>	<b>1.126.303</b>	<b>20.841.830</b>

## 23. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas na IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

### 23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa nº 7.1)	103.296.746	72.451.659
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 23.1.1)	666.579	595.544
<b>Passivo</b>		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1. c)	51.433.282	33.834.681
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	348.016	327.580
Outras obrigações com STN	31.614	27.198
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota Explicativa nº 21.5)	6.267.069	9.723.880
<b>Patrimônio líquido</b>		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	8.731.760	8.731.760

  

	2024	2023
<b>Resultado</b>		
Resultado com títulos públicos federais	6.175.644	9.577.293
Receitas com outros créditos - equalização	3.283.023	3.245.843
Despesas com operações de repasses	(4.169.713)	(2.070.749)
Despesas com outras obrigações - equalização	(14.592)	(78.653)

#### 23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	2024	2023
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	666.579	488.331
Outros créditos	-	107.213
<b>Total</b>	<b>666.579</b>	<b>595.544</b>

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

A composição dos saldos é a seguinte:

	2024	2023
Valores Apurados e não baixados em:		
2024	664.801	-
2023	37	486.536
Anos anteriores	1.741	1.795
<b>Total</b>	<b>666.579</b>	<b>488.331</b>

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	488.331	733.587
Valores apurados no exercício	3.307.544	3.230.310
Atualização Monetária	209	628
Recebimentos	(3.129.507)	(3.474.316)
Outras	2	(1.878)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>666.579</b>	<b>488.331</b>

Abertura dos valores apurados nos exercícios de 2024 e 2023, segregados por ações orçamentárias:

	2024	2023
Investimentos	1.521.519	1.608.657
Pronaf	1.485.177	1.168.470
PSI	182.708	323.003
Custeio	113.522	125.827
Cerealistas	4.618	4.353
<b>Total</b>	<b>3.307.544</b>	<b>3.230.310</b>

### 23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

### 23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Essas operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2024	2023
<b>Ativo</b>	<b>44.088.237</b>	<b>40.183.232</b>
Operações de créditos e repasses interfinanceiros <sup>(1)</sup>	43.734.352	40.071.674
Provisão para perdas de crédito <sup>(1)</sup>	(57.813)	(67.089)
Outros	411.698	178.647
<b>Passivo</b>	<b>502.124.501</b>	<b>439.443.043</b>
Empréstimos e repasses no país <sup>(2)</sup>	27.326.850	23.686.805
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Notas explicativas nº 14 e nº 26.1)	25.600.797	12.455.140
FAT Constitucional - dívidas subordinadas (Notas explicativas nº 12.1 e nº 12.3)	443.893.437	397.403.789
FAT Depósito especial (Notas explicativas nº 12.2 e nº 12.3)	4.056.194	4.741.635
Emissão de debêntures (Nota explicativa nº 15.1)	401.583	567.226
Outros	849.478	588.448

<sup>(1)</sup> Os prazos das operações de créditos e repasses interfinanceiros estão contidas de forma agregada na Nota Explicativa n.º 4.5 e o impacto no resultado na Nota Explicativa n.º 22.

<sup>(2)</sup> Mais de 80% do saldo refere-se a obrigações com o FMM, detalhado na Nota Explicativa n.º 11.1.c).

### 23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 171.444 (R\$ 146.070 em 31 de dezembro de 2023) e a receita com os serviços foram de R\$ 50.442 (R\$ 36.384 em de 2023).

### 23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	2024	2023
<b>Passivo</b>		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar – PBB	1.623.958	2.564.839
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde -PAS	2.860.695	3.782.754
<b>Patrimônio líquido</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	3.742.411	2.513.311
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	1.924.436	640.079

  

	2024	2023
<b>Despesas</b>		
PBB	(288.220)	69.578
PAS	(362.298)	(363.619)

## 23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Debêntures	2.155.393	1.497.960
Direitos e recebíveis	192.135	183.387
Provisão para perdas de crédito	(192.876)	(171.784)

## 23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	2024	2023
<b>Benefícios de curto prazo:</b>		
Honorários, benefícios e encargos	20.638	18.543
RVA (Parcela à vista)	1.094	782
<b>Benefícios pós emprego:</b>		
Remuneração compensatória – quarentena	508	2.543
<b>Benefícios de Longo Prazo:</b>		
RVA (Parcelas diferidas)	963	1.110
<b>Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:</b>		
Férias proporcionais e indenizadas	-	112

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no exercício:

	2024		2023	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	92,18	100,71	88,11	96,24
Menor Salário	8,83	3,74	4,56	3,74
Salário Médio	33,76	44,02	34,40	40,82

## 23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	2024		2023	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	3.884	289.266	4.556	274.874
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	126	14.740	(432)	(54.644)
Pagamentos realizados	(2.057)	(304.006)	(1.892)	(220.230)
Ajuste provisão RVAs – diferidas <sup>(1)</sup>	245	-	(541)	-
Provisão do exercício	3.667	327.753	2.193	289.266
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.865</b>	<b>327.753</b>	<b>3.884</b>	<b>289.266</b>

<sup>(1)</sup> O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	2024	2023
2024	-	2.152
2025	3.026	882
2026	1.244	484
2027	983	366
2028	612	-
<b>Total</b>	<b>5.865</b>	<b>3.884</b>

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria (RVA\*) do Sistema BNDES no exercício:

	2024		2023	
	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados
Maior Participação nos Lucros	120,04	288,73	214,85	256,21
Menor Participação nos Lucros	11,56	2,93	0,29	1,98
Participação nos Lucros Média	82,28	127,41	65,25	95,54

(\*) O quadro acima não contempla valores e provisões de parcelas diferidas de RVA.

## 24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 32.4, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES.

	2024				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria/ ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	48.405.714	-	-	-	48.405.714
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.466.321	-	15.232.761	-	18.699.082
Despesas de Captação	(42.290.408)	(8.780.962)	9.157.519	-	(41.913.851)
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.581.627</b>	<b>(8.780.962)</b>	<b>24.390.280</b>	<b>-</b>	<b>25.190.945</b>
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	3.884.726	-	(494.049)	-	3.390.677
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>13.466.353</b>	<b>(8.780.962)</b>	<b>23.896.231</b>	<b>-</b>	<b>28.581.622</b>
Resultado com Participações Societárias	-	11.232.115	-	-	11.232.115
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.728.236)	(332.087)	(110.886)	-	(3.171.209)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.598.852)	(190.140)	(925.535)	-	(5.714.527)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.139.265</b>	<b>1.928.926</b>	<b>22.859.810</b>	<b>-</b>	<b>30.928.001</b>
Tributos sobre o Lucro	(2.032.463)	2.330.818	(6.011.291)	1.504.010	(4.208.926)
Participação nos Resultados	(285.124)	(34.706)	(11.589)	-	(331.419)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.821.678</b>	<b>4.225.038</b>	<b>16.836.930</b>	<b>1.504.010</b>	<b>26.387.656</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>586.813.092</b>	<b>84.567.217</b>	<b>154.692.608</b>	<b>14.787.828</b>	<b>840.860.745</b>
Investimentos em coligadas (MEP)	-	2.203.456	-	-	2.203.456

	2023				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria/ ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	45.856.606	-	-	-	45.856.606
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	(398.989)	-	11.332.138	-	10.933.149
Despesas de Captação	(39.429.210)	(8.398.448)	8.526.700	-	(39.300.958)
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.028.407</b>	<b>(8.398.448)</b>	<b>19.858.838</b>	<b>-</b>	<b>17.488.797</b>
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	5.463.511	-	163.392	-	5.626.903
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.491.918</b>	<b>(8.398.448)</b>	<b>20.022.230</b>	<b>-</b>	<b>23.115.700</b>
Resultado com Participações Societárias	-	9.114.386	-	-	9.114.386
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.418.612)	(313.954)	(125.671)	-	(2.858.237)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.864.477)	(185.591)	(547.321)	-	(2.597.389)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>7.208.829</b>	<b>216.393</b>	<b>19.349.238</b>	<b>-</b>	<b>26.774.460</b>
Tributos sobre o Lucro	(2.000.384)	2.239.156	(5.288.040)	469.356	(4.579.912)
Participação nos Resultados	(246.630)	(32.014)	(12.815)	-	(291.459)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.961.815</b>	<b>2.423.535</b>	<b>14.048.383</b>	<b>469.356</b>	<b>21.903.089</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>517.548.507</b>	<b>81.990.971</b>	<b>119.238.921</b>	<b>13.701.315</b>	<b>732.479.714</b>
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.897.001	-	-	1.897.001



## 25. GESTÃO DE RISCOS

### 25.1. Gerenciamento de Riscos e Controle Interno

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do Sistema BNDES são responsáveis, entre outros, por:

- Definir e propor à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controle interno para o Sistema BNDES;
- Desenvolver e gerir metodologias de gestão de riscos e controle interno, reportando o resultado das atividades à Alta Administração;
- Monitorar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios, de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES; e
- Disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de riscos no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controle interno.

Esta estrutura se baseia no conceito de camadas ou linhas. A primeira linha é constituída pelas Unidades Fundamentais (Áreas), que possuem a responsabilidade de gerir os riscos que podem afetar as suas respectivas atividades, devendo definir e manter controles adequados. As Áreas de Gestão de Riscos (AGR) e de Integridade e Compliance (AIC) atuam como segunda linha, juntamente com a Diretoria Executiva e os comitês de gestão de riscos. A terceira linha compreende a Auditoria Interna que tem a função de avaliar a efetividade da gestão de riscos. Seu reporte é realizado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) Área de Integridade e Compliance, que realiza as estimativas atinentes ao risco operacional no âmbito do Departamento de Gestão de Risco Operacional e elabora o relatório de validação independente do ICAAP, que está sob atribuição do Departamento de Controle Interno; (iv)

Área de Planejamento, responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; e (vi) Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

### 25.1.1. Risco Operacional

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

As atividades se baseiam nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos a esses temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite por Riscos do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio do estabelecimento de limites quantitativos e qualitativos.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN nº 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades responsáveis, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de capacitação e disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração, entre as quais se destacam a disponibilização de treinamentos obrigatórios elaborados especificamente para cada público; a disponibilização de guias, manuais e tutoriais sobre procedimentos de gestão de risco operacional, buscando maior autonomia e efetividade na atuação das diversas unidades; a realização de ações de comunicação, como matérias na Intranet; e a divulgação da revisão periódica das políticas corporativas sobre o tema.

## Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela  $RWA_{OPAD}$  passou de R\$ 72.832.709, em 30 de junho de 2024, para R\$ 70.317.751, em 31 de dezembro de 2024. A parcela manteve-se praticamente estável em função do Indicador de Exposição (IE) referente ao 1º semestre de 2024, considerado apenas na apuração da parcela em vigor, ter apresentado leve aumento em relação ao semestre anterior, mas compensado pelo IE referente ao 1º semestre de 2021, o qual deixou de ser considerado no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres em períodos anuais). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE)	2024
Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE médio dos últimos 6 semestres)	37.502.801
Capital mínimo (IE médio $\times$ 0,15)	5.625.420
$RWA_{OPAD}$ (Capital mínimo $\div$ 8%)	70.317.751

### 25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

## Mensuração do Risco de Mercado e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o *Value – at – Risk* (VaR) e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e bancária, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco pode ser medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir e o *Drawdown at Risk*.

A carteira bancária corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o VaR, e *Drawdown at Risk*, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

## Indicador de risco para carteira para negociação, operações de mercado de capitais e operações cambiais

Uma das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	2024	2023
Juros	12.333	1.116
Câmbio	135.849	68.792
Ações	1.869.833	1.612.529
Efeito Diversificação	(120.943)	(82.163)
<b>VaR total</b>	<b>1.897.072</b>	<b>1.600.274</b>

## Risco de taxa de juros da Carteira Bancária

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB, para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Métrica	2024	2023
ΔEVE	6.751.071	2.633.942
ΔNII	5.093.111	4.078.311
IRRBB (Total)	5.243.498	4.079.561

## Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA<sub>MPAD</sub>). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA <sub>MPAD</sub>	2024	2023
RWA <sub>JUR1</sub>	2.937.854	196.143
RWA <sub>JUR2</sub>	-	-
RWA <sub>JUR3</sub>	862.466	819.347
RWA <sub>CAM</sub>	27.395.988	11.401.360
RWA <sub>CVA</sub>	1.607.357	1.095.559
RWA <sub>DRC</sub>	-	-
<b>Total parcela RWA<sub>MPAD</sub></b>	<b>32.803.665</b>	<b>13.512.409</b>

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações ( $RWA_{ACS}$ ) e de commodities ( $RWA_{COM}$ ), bem como o risco de *default* da carteira de negociação ( $RWA_{DRC}$ ) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que atualmente a carteira de negociação do Sistema BNDES é formada por títulos públicos federais e derivativos e que o BNDES não possui exposição a *commodities*.

Já a parcela referente às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte  $RWA_{CVA}$  foram incorporadas ao  $RWA_{MPAD}$  a partir de 1 de julho de 2023, conforme Resolução CMN n.º 5.038, de 29 de setembro de 2022, e Resolução BCB n.º 291, de 8 de fevereiro de 2023.

### Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	2024	2023
<b>Operações de renda fixa</b>			
Juros	Selic / DI	91.986.291	66.489.224
Juros	TJLP	12.006.791	17.191.183
Juros	Prefixado	16.468.184	10.590.520
Juros	IGPM	-	(1.714)
Juros	IPCA / TLP	(15.714.112)	(19.721.041)
Juros	TR	(2.626.137)	(2.122.217)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(220.222)	504.923
<b>Operações de renda variável</b>			
Preços	Ações	75.192.206	74.174.704
Preços	Bônus de Subscrição	1.440	1.358
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	4.436.270	3.628.426

### 25.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-

se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Indicadores de Risco de Liquidez	2024	2023
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	6,4	5,1
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	3,9	2,9
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,3	1,2

Adicionalmente, a divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

#### 25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

#### Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.



## Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pela Resolução Bacen n.º 229/2022, que revogou a Circular Bacen nº 3.644/2013 em 1º de julho de 2023. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas e informadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada ( $RWACPAD$ ). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2024	2023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.502.967	2.452.123
Títulos e Valores Mobiliários	77.385.198	65.350.313
Repasse Interfinanceiros	76.768.634	74.303.080
Operações de Crédito	278.816.309	255.446.440
Outros Direitos a receber	4.835.351	3.674.586
Investimentos e Imobilizado de Uso	100.292.664	75.460.901
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	25.486.873	19.780.063
Créditos Tributários	6.891.256	7.016.449
Demais itens do $RWA_{CPAD}$	491.235	433.287
<b>Exposição TOTAL da parcela do <math>RWA_{CPAD}</math></b>	<b>573.470.487</b>	<b>503.917.242</b>

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. São estimados ainda matrizes de migração de estados e o valor em risco para a carteira de créditos, atualmente estimado por metodologias analíticas e por simulação.

## Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e n.º 4.995/2022, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/2018, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/2022, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	2024	2023
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	24,6%	26,6%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	10,9%	11,8%

O BNDES segue o determinado pela Resolução CMN n.º 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até sua total eliminação em 31/12/2027.

Nas duas primeiras datas do cronograma, incisos I e II do artigo 2º da citada Resolução, o BNDES não apurou excesso de exposição. A terceira, e última data do cronograma será em 1º de janeiro de 2025, com eliminação total até 31/12/2027.

## Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	2024	2023
Garantia prestada pela União ou Tesouro Nacional	34.055.140	32.097.362
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) <sup>(1)</sup>	1.313.364	1.916.988
Garantias de pessoas jurídicas de direito privado não financeiras de grande porte baixo risco de crédito	34.942.509	32.034.666
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	17.487.153	17.604.614
<b>Total</b>	<b>87.798.166</b>	<b>83.653.630</b>

<sup>(1)</sup> A Circular BACEN n.º 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN n.º 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

## Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, apurada com base em metodologia padronizada (RWACPAD).

	2024	2023
<b>Ativos Financeiros</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	54.445.173	58.267.745
Custo Amortizado		
Títulos e Valores Mobiliários	17.055.941	6.354.400
Operações de crédito	336.239.189	307.353.925
Repasses Interfinanceiros	222.080.187	193.536.275
Outros Créditos	3.188.288	3.593.891
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e Valores Mobiliários	94.588.752	61.655.066
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	116.021.482	113.680.068
Outros Ativos Financeiros	5.613.341	5.696.587
<b>Off Balance</b>		
Saldos a Liberar	105.331.178	88.800.399
Compromissos de crédito	157.673.255	152.954.409
Garantias financeiras	427.272	503.071
<b>Total</b>	<b>1.112.664.058</b>	<b>992.395.836</b>

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.



## 25.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)<sup>1</sup> do BNDES é composta por princípios e diretrizes que orientam sua atuação na promoção da sustentabilidade. Nela, o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática é definido como “valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, investidores, comunidades impactadas pela sua atuação, fornecedores e outros parceiros relevantes”.

Seus princípios abrangem temas como “Desenvolvimento sustentável”, “Direitos humanos”, “Ética e transparência no relacionamento” sempre de forma alinhada com normas e políticas públicas brasileiras neste temas, e considerando pactos e acordos internacionais que promovam o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia neutra em carbono, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito da Agenda 2030, e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC em inglês) do Brasil, no Acordo de Paris.

A PRSAC se desdobra e concretiza por meio de diversas atuações do Banco e por intermédio de outros normativos. No que tange ao risco operacional, há um regulamento interno que estabelece abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática no processo de concessão de apoio financeiro a operações do mercado de capitais, a operações diretas, indiretas não automáticas e mistas, bem como o apoio à exportação de bens e serviços. Essas operações são classificadas, em uma escala de três níveis (“A, B, C”), para cada um dos seguintes riscos: social, ambiental, socioambiental e climático físico<sup>2</sup> e climático de transição<sup>3</sup>. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, relativos ao tratamento de potenciais impactos sociais e ambientais e aos mitigantes para possíveis ameaças climáticas, além da avaliação do sistema de gestão socioambiental e climática dos clientes.

Por sua vez, para as operações indiretas automáticas, a avaliação de risco socioambiental e climático é realizada pelo agente financeiro intermediário, observando-se a regulamentação vigente, cabendo ao BNDES realizar a avaliação de conformidade dessas operações por amostragem, de modo a verificar o cumprimento de obrigações por esses agentes.

Para mais informação acesse a PRSAC e seus instrumentos no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/prsac-e-instrumentos>.

## 25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	2024	2023
<b>I- Fator "F" do PR</b>	<b>PR / RWA</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,0%</b>
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
<b>II- Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>ACP / RWA</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
<b>Fator "F" do PR + ACP</b>	<b>(PR + ACP) / RWA</b>	<b>10,5%</b>	<b>10,5%</b>
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>(Capital Principal + ACP) / RWA</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,0%</b>
<b>Nível I + ACP</b>	<b>(Nível I + ACP) / RWA</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,5%</b>

<sup>1</sup> Lançada em 2010, com princípios e diretrizes que pautam a atuação do BNDES na temática SAC, a Política já passou por três revisões: em 2014, para adequação à Resolução CMN 4.327/2014; em 2019, conforme previsto na referida resolução, com consulta a partes interessadas (146 contribuições de diferentes segmentos da sociedade: academia, empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil); e, em 2022, para adequação à Res CMN 4.945/2021.

<sup>2</sup> Risco climático físico é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais a longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos.

<sup>3</sup> A classificação do risco climático foi iniciada nas operações que foram protocoladas no Sistema BNDES a partir de 26/07/2024. Risco climático de transição é a possibilidade de perdas associadas à necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono.

## Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR – Consolidado	2024	2023
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>191.102.900</b>	<b>188.848.885</b>
<b>Nível I</b>	<b>164.763.408</b>	<b>157.241.495</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>164.763.408</b>	<b>157.241.495</b>
Patrimônio Líquido	158.441.043	151.328.512
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(2.409.394)	(2.818.776)
Ágios Pagos	(3.884)	(4.450)
Ativos Intangíveis	(5.807)	(7.999)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.399.703)	(2.806.327)
<b>Nível II</b>	<b>26.339.492</b>	<b>31.607.390</b>
Dívidas subordinadas – FAT constitucional <sup>(1)</sup>	26.339.492	31.607.390

<sup>(1)</sup> Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 2024 correspondem à aplicação do limitador de 50% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2023, aplica-se o limitador de 60%).

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio de Referência do Conglomerado teve um acréscimo de R\$ 2,2 bilhões, principalmente pelo aumento do patrimônio líquido, compensado em parte pela redução no valor do capital de Nível II.

No mesmo período de comparação, os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA<sub>CPAD</sub>), mercado (RWA<sub>MPAD</sub>) e operacional (RWA<sub>OPAD</sub>), apresentaram um crescimento de R\$ 78 bilhões (13%), devido principalmente ao aumento da parcela RWA<sub>CPAD</sub> oriundo da mudança na ponderação das participações societárias, ponderadas a 100% até 31/12/2023 e a 130% até 31/12/2024, conforme inciso II do art. 85 da Resolução BCB nº 229; e de um acréscimo de 23 bilhões na exposição em operações de crédito.

	2024	2023
<b>Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) <sup>(1)</sup></b>	<b>676.591.904</b>	<b>598.938.691</b>
Risco de crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	573.470.487	503.917.242
Risco de mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	32.803.666	13.512.408
Risco operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	70.317.751	81.509.041

<sup>(1)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

	2024	2023
<b>Risco da Carteira Bancária (IRRBB)</b>	<b>5.243.498</b>	<b>4.079.561</b>

	2024	2023
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) <sup>(1)</sup></b>	<b>54.127.352</b>	<b>47.915.095</b>
<b>Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - IRRBB)</b>	<b>131.732.050</b>	<b>136.854.229</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>16.920.829</b>	<b>14.976.165</b>
ACP Conservação <sup>(2)</sup>	16.914.798	14.973.467
ACP Contracíclico <sup>(3)</sup>	6.031	2.698

<sup>(1)</sup> O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

<sup>(2)</sup> Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA a partir de 1º de abril de 2022.

<sup>(3)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Índices	2024	2023
Índice de Basileia (IB)	28,24%	31,53%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	24,35%	26,25%
Índice de Capital Principal (ICP)	24,35%	26,25%
Razão de Alavancagem (RA)	16,69%	18,41%

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

#### a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos aplicados [sob gestão do BNDES](#), em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

Valores aplicados	2024	2023
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	22.013.194	19.064.655
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.010.429	1.183.355
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.591.290	3.272.027
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	13.772.287	2.724.065
Fundo Amazônia (FA)	5.831.384	4.542.783
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL)	1.211.543	1.044.174
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	3.538.970	2.398.583
Fundo Social	20.143.750	-
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	336.165	303.262
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Depósitos Especiais (FAT-DE)	4.056.194	4.741.634
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	9.718	7.495
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	126.875	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	1.736.822	1.669.334
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	21.489.287	21.345.002
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	1.092.284	101.612
<b>Total</b>	<b>99.960.192</b>	<b>62.397.981</b>

#### b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2024	2023
FGE	52.575.150	47.093.445
FGPC	29.098	12.478
<b>Total</b>	<b>52.604.248</b>	<b>47.105.923</b>

#### c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND foi um fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND. A Medida Provisória nº 517/2010, convertida na Lei 12.431/2011, extinguiu o Fundo.

## d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	2024	2023
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	677.452	704.910
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	2.162	6.248
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	30.685	16.878
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	265	131
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	184	-
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	213.748	210.349
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	18.676	17.590
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	4.287	153
Fundo Nacional de Desestatização (FND)	1	201
<b>Total</b>	<b>947.460</b>	<b>956.460</b>

As receitas de comissões e taxas dos fundos são registradas na rubrica de “Rendas com administração de fundos e programas” nas Demonstrações dos Resultados.

## 26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 31 de dezembro de 2024 e nos anos de 2023, 2022 e 2021, o BNDES não recebeu os depósitos em sua própria conta referente à 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, o Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPF) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Em 19/12/2023, o Ministro Dias Toffoli proferiu decisão de caráter liminar em favor da J&F para autorizar: i) a suspensão das obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência, ii) a suspensão de todos os negócios jurídicos de caráter patrimonial decorrentes do ajuste, e iii) a reavaliação dos anexos do acordo junto à CGU. O Procurador-geral da República, em 05/02/2024, apresentou recurso contra essa decisão.

As decisões ainda são provisórias, no âmbito administrativo e judicial. O BNDES não é parte, mas está acompanhando a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos.

Após avaliação da situação fática atual, dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

### 26.3. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa nº 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

### 26.4. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

## 27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo BACEN e CMN (“Padrão Cosif”) e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (“Padrão IFRS”).

	2024			2023	
	Lucro líquido do exercício	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
<b>Padrão Cosif</b>	<b>26.387.656</b>	<b>21.203.390</b>	<b>-</b>	<b>158.441.042</b>	<b>151.328.512</b>
<b>Ajustes de práticas contábeis:</b>					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	360.549	-	(360.549)	8.731.760	8.731.760
Perda por redução do valor recuperável	(4.987.425)	14.424.638	(4.313.123)	5.124.090	9.070.623
(b) Baixas da carteira de crédito	(1.133.947)	-	6.763.326	5.629.379	6.763.326
(c) Operações da carteira de crédito	(2.594.783)	-	1.792.816	(801.967)	1.792.816
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	-	15.398.966	(15.398.966)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	(1.258.695)	(974.328)	2.529.701	296.678	514.481
(f) Ajuste a valor justo de debêntures VJR	(81.486)	298.352	(216.866)	-	-
(g) Alienação de ações não coligadas	(130.393)	-	130.393	-	-
(h) Participações em coligadas	566	-	890	1.456	890
(i) Ajustes da taxa efetiva de juros	(1.982)	-	(55.735)	(57.717)	(55.735)
(j) Arrendamento mercantil	(1.320)	-	(8.159)	(9.479)	(8.159)
Outros ajustes	(48.573)	315.957	(267.384)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	1.972.193	(5.517.878)	2.045.737	(1.499.948)	(2.894.381)
Lucro líquido do exercício no padrão IFRS			23.469.785		
Destinação do resultado societário			(26.387.656)		
<b>Padrão IFRS</b>	<b>23.469.785</b>	<b>30.724.459</b>	<b>(5.962.667)</b>	<b>170.731.204</b>	<b>166.173.510</b>
<b>Total de ajustes no Padrão IFRS</b>	<b>(2.917.871)</b>	<b>9.521.069</b>	<b>(5.962.667)</b>	<b>12.290.162</b>	<b>14.844.998</b>

a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.

b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) leva em consideração expectativas de recuperação, enquanto no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso é o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço.

c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/1999) estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de inadimplência e de inadimplência e respectivos percentuais.

d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular BACEN n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.

- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período, enquanto de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.
- h) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passou a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.817/ 2020.
- i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif.
- j) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, não recepcionado pelo Bacen.

## 28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em julho de 2024 ocorreu a conclusão do processo de incorporação de ações da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. (que passou a se chamar Brava Energia), onde os acionistas da Enauta receberam 0,805012676 ação ordinária de emissão da 3R para cada ação ordinária de emissão da Enauta. A BNDESPAR por sua vez, detentora de 11.103.764 ações da Enauta, deixa de ter ações dessa empresa a passa a deter 8.938.669 ações da 3R Petroleum. O valor registrado das ações da Brava Energia foi de R\$ 240.285 mil na rubrica “Ações não coligadas” no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

No exercício de 2023 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.



## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes entre a data dessas Demonstrações Financeiras e a autorização para sua emissão.

## 30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

### Objetivos e atuação

O BNDES é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sendo o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Opera desde 1952 e é um dos maiores Bancos de Desenvolvimento do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Sua atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participação e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibiliza produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

O apoio a cada projeto é avaliado com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

## 31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.



## 32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

Destaca-se que a elaboração destas demonstrações financeiras demanda a realização de estimativas e julgamentos. Dessa forma, a seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

### 32.1. Instrumentos Financeiros

#### 32.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

##### a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

##### Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

• **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES escolherá (irrevogavelmente) no início de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) **Categorias de mensuração dos ativos financeiros**

(i) **Custo amortizado**

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

(ii) **Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) **Ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) **Resumo das categorias de ativos financeiros do Sistema BNDES**

Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

- Títulos públicos federais;
- Fundos de investimentos;
- Derivativos; e
- Debêntures híbridas.

Mensurados ao Custo Amortizado:

- Disponibilidades;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez tais como: carteira de câmbio, depósitos interfinanceiros, disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira e, operações compromissadas;
- Debêntures simples de emissão privada;
- Repasses interfinanceiros e Operações de crédito; e
- Venda a prazo de TVM, direitos recebíveis; direitos a receber da Eletrobras, créditos perante o Tesouro Nacional, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, devedores diversos, devedores por depósitos em garantia e pagamentos a ressarcir.

Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

- Ações não coligadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures e títulos públicos federais.

#### c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

#### d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa ou quando o BNDES transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem.

### 32.1.2 Passivos financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

#### c) Resumo das categorias de passivos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Derivativos.

Mensurados ao custo amortizado:

- Depósitos especiais do FAT, depósitos diversos, depósitos interfinanceiros, depósitos vinculados;
- Operações compromissadas;
- Debêntures, letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito de desenvolvimento emitidas;
- Empréstimos e repasses;
- Dívidas subordinadas;
- Fundos financeiros e de desenvolvimento; e
- Outras obrigações: contas a pagar, credores vinculados a liquidação de operações, obrigações por depósitos a apropriar, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, credores por compra de ações a prazo e obrigações vinculadas ao Tesouro Nacional.

#### d) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

### 32.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 32.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

#### 32.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas. Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

##### a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, onde os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão para perdas de crédito igual às perdas esperadas para a vida útil é realizada. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pelo BNDES ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

O BNDES, dessa forma, entende que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

## b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Enquanto que para migração do Estágio 3 para os demais estágios, a operação deve deixar de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- ii. Realização de amortização significativa;
- iii. Alteração do cliente ou do seu controlador;
- iv. Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

#### c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) e avaliação individual de determinadas operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos, com uso de julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

#### d) Compromissos de créditos

O BNDES reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas baseada na soma da projeção dos compromissos de desembolso futuros de determinados créditos, ajustada pelo Fator de Conversão de Crédito (CCF).

### 32.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo conforme a relevância dos dados observados no seu processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações

observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (inputs) observáveis e não observáveis, a significância dos inputs não observáveis (análise de sensibilidade).

Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio e a frequência das negociações nos pregões mais recentes. No caso específico das debêntures, a disponibilidade de preço de referência ANBIMA é o fator determinante para classificação como Nível 1.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

As técnicas de avaliação específicas adotadas para valorizar os instrumentos financeiros utilizam preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, quando disponíveis. O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como Black-Scholes-Merton, e também por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*) e Múltiplos.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Derivativos avaliadas pelo modelo Black-Scholes-Merton: volatilidade de longo prazo;
- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de spread de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa;
- Debêntures: curvas de spread de risco de crédito;
- Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis: curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) e curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 4.3.3., são adotadas as seguintes técnicas, quando aplicável:

- Debêntures simples: recálculo dos preços dos ativos aplicando choque na curva de spread de risco de crédito;
- Derivativos avaliadas pelo modelo *Black-Scholes-Merton*: recálculo dos preços dos ativos alterando o parâmetro volatilidade de longo prazo; e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de



mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

No exercício de 2024, não houve revisão metodológica na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros. Ao longo do exercício de 2023, ocorreram as seguintes revisões:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de Ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para o BNDES;
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições do BNDES; e
- revisão de metodologia na atribuição de *spread* de risco de crédito para debêntures incentivadas que não possuem preço de referência de mercado. Nova metodologia passou a atribuir curvas de *spread* de risco de crédito que consideram um diferencial médio dos *spreads* implícitos nos preços observados no mercado secundário entre debêntures incentivadas e não incentivadas de mesmo *rating*. Esta alteração metodológica não impactou posições do BNDES.

## 32.2. Investimento em coligadas

As coligadas são todas as entidades sobre as quais o BNDES possui o poder de participar nas políticas financeiras e operacionais das investidas, sem controlá-las de forma individual ou conjunta. A influência significativa é presumida quando se possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital social votante da investida. A presunção de influência é afastada quando não há participação nas decisões da investida, mesmo possuindo 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer



influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

### 32.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classifica como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no IFRS 5 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia ativos classificados nessa categoria.

### 32.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e

FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas

com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como "Não Alocado" são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

## 32.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

## 32.6. Reconhecimento de Receita

### Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

### Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

### Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

## 32.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 32.9.

## 32.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

## 32.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do

passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

## 32.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

### Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

### Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

## 32.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

## 32.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Basicamente, a norma requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de

recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação, reconhecimento e divulgação das ações é a seguinte:

Critérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim	Provisão de 100%
			Não	Divulga
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
			Não	
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

## 32.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão do benefício de assistência à saúde.

### 32.13.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.264,18 (sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos) em 31/12/2024.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2024 era de R\$ 7.786,02 (sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado

do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

## Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

## Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

## Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 20/12/2024, divulgada



pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.906 dias úteis (15,5 anos), no patamar de 7,09% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2024 a 7,33% ao ano, representando aumento de 0,24 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o Sistema BNDES e o PBB são consideradas na determinação de um passivo adicional, enquanto as empresas do Sistema BNDES e a FAPES aguardam extinção das ações judiciais entre as partes, após decisão no âmbito do Consenso TCU, para dar o devido tratamento contábil a suas respectivas contingências.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

### 32.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

#### Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir: (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

## Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

## Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

### 32.13.3. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES, em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O BNDES oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2024, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2024 e atualizada até 31 de dezembro de 2024, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

### 32.13.4. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou



no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

### 32.13.5. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

## 32.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Nesse caso, os tributos são também reconhecidos diretamente no patrimônio.

### Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados usando o método do passivo, e incidem sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes do ajuste a valor justo de certos ativos e passivos financeiros e provisões; e em relação a aquisições, à diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Na hipótese de resultarem saldos ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

## 32.15. Distribuição do lucro e destinação de reservas

As políticas contábeis adotadas tanto na constituição e destinação das reservas quanto no pagamento dos dividendos tem como base as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

O valor a ser distribuído a título de dividendos ao Acionista único é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo Mínimo Obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva de Equalização de Dividendos	35,0

Os juros sobre capital próprio e juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal são tratados como dividendos e são apresentados nestas Demonstrações Financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares, desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não provoque qualquer descumprimento nos limites prudenciais.

## 32.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti – Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

### CONSELHO FISCAL

Pedro Henrique Giocondo Guerra – Presidente

Flávio José Roman

Suzana Teixeira Braga

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

Denis do Prado Netto - Suplente

### COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite – Presidente

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Maria Salete Garcia Pinheiro

Waldemir Bargieri

### DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

### SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

### CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva  
CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores do  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES  
Brasília - DF**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### 1 – Perdas esperadas de operações de créditos e repasses interfinanceiros

Conforme Notas Explicativas nº 6.4 e 32.1.5 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES revisa de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros, avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (“<i>impairment</i>”). O BNDES possui políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do BNDES, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes, informações do cliente, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, inerentes à determinação da estimativa das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros;</li> <li>– avaliação, com base em amostragem, da perda esperada de itens das operações de créditos e repasses interfinanceiros considerados individualmente significativos e inspecionamos as documentações e premissas que suportam a avaliação do Banco quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias;</li> <li>– testes substantivos, com o envolvimento de nossos especialistas, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo BNDES; e</li> <li>– avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

## 2 – Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 32.1.6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados nos níveis 2 e 3 que estão mensurados a valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes. Esses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo, são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.</p> <p>Para os instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação dos valores justos está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida que o Banco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– avaliação do desenho dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros;</li> <li>– para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados;</li> <li>– recálculo por amostragem, dos valores justos desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicadores de evidência de perda esperada desses instrumentos financeiros; e</li> <li>– avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e registro do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

### 3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 19 e 32.13 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados;</li> <li>– avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e</li> <li>– avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

### Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.





- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2

